

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA

CÂNDIDA MARA JOHANN

**FLUXO INFORMACIONAL NA COOPERATIVA HABITACIONAL ALPES DO
PINHEIRO, PORTO ALEGRE – RS: UM ESTUDO DE CASO**

PORTO ALEGRE
2013

CÂNDIDA MARA JOHANN

**FLUXO INFORMACIONAL NA COOPERATIVA HABITACIONAL ALPES DO
PINHEIRO, PORTO ALEGRE – RS: UM ESTUDO DE CASO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Biblioteconomia como
requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Valdir José Morigi

PORTO ALEGRE
2013

[verso da folha de rosto]

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Opperman

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora: Profa. Dra Ana Maria Mielniczuk de Moura

Vice-Diretor: Prof. Dr. André Iribure Rodrigues

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Profa. Dra Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Chefe Substituto: Prof. Dr. Valdir José Morigi

CIP – Brasil - Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação

J65c Johann, Cândida Mara
Fluxo informacional na Cooperativa Habitacional Alpes do
Pinheiro em Porto Alegre, RS : estudo de caso / Cândida Mara
Johann. -- Porto Alegre, 2013. -- Orientador: Valdir José Morigi. --
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – UFRGS, 2013.

1.Biblioteconomia 2. Fluxo Informacional 3. Ciclo Informacional
I. Valdir José Morigi. II. Universidade Federal do Rio Grande do
Sul. Curso de Graduação em Biblioteconomia. II. Título.

CDU 02: 858

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcelos, 2705, sala 507

Bairro Santana/Porto Alegre – RS

CEP 90035-007

Tel: (51)3308-5143

Fax: (51)3308-5435

E-mail: dci@ufrgs.br

CÂNDIDA MARA JOHANN

**FLUXO INFORMACIONAL NA COOPERATIVA HABITACIONAL ALPES DO
PINHEIRO, PORTO ALEGRE – RS: UM ESTUDO DE CASO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Biblioteconomia como
requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Valdir José Morigi (Orientador)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação

Profa. Me. Maria Lúcia Dias

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação

Profa. Dra. Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e seus esforços contínuos para que eu seguisse meus estudos, pelo amor e compreensão que sempre tiveram comigo.

Ao meu marido pela paciência, pelo carinho, pelo companheirismo de todos os dias.

Aos meus irmãos, cunhadas, cunhado, sobrinhos e enteados que sempre me apoiaram, divido esta alegria com todos.

À professora Iara Conceição Bitencourt Neves pela oportunidade de estar próxima e aprendendo sempre com seus ensinamentos valiosos da vida e da profissão.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo ensino público e de qualidade.

Aos Professores do Curso de Biblioteconomia e, em especial, ao Prof. Valdir José Morigi, de quem tive a honra de ser orientada.

Às professoras Maria do Rocio Fontoura Teixeira e Maria Lúcia Dias, por aceitarem o convite para constituir a Banca Avaliadora deste trabalho.

Aos Colegas de Curso com os quais compartilhei estes anos de aprendizagem, especialmente, à colega e amiga Vânia Valduga.

Às bibliotecárias Helen Rose Flores de Flores e Carmem Von Hoonholtz com as quais estagiei, pelo aprendizado prático da Profissão.

RESUMO

Estudo de caso cujo objetivo foi caracterizar o fluxo das informações, no âmbito da Coordenação da Cooperativa Habitacional Alpes do Pinheiro (COOHALPI), situada no Bairro Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. O suporte teórico-metodológico adotado para construir o objeto da pesquisa centrou-se, a partir da definição e delimitação do problema, em aspectos conceituais referentes à Gestão do Conhecimento, aos Ciclos Informacionais e aos Fluxos Informacionais, estabelecendo uma relação entre estes e a vivência da Cidadania, na forma de participação no cooperativismo habitacional. Para identificar e caracterizar o fluxo informacional que ocorre entre os membros da Coordenação da Cooperativa supra, universo da pesquisa, foi utilizado o Modelo Social do Ciclo Informacional de Le Coadic (1996), modelo este que contempla três etapas: construção, comunicação e uso da informação. A população-alvo constituiu-se de vinte integrantes da Coordenação, abrangendo na forma dos conselhos: Administrativo, Obras, Educacional e Fiscal, bem como do *corpus*, representado pela amostra aleatória das Atas das assembleias realizadas pela Cooperativa, correspondentes ao período de 2010 a 2013, existentes na mesma e disponibilizadas pela sua Coordenação. Foram utilizados, como instrumento de coleta de dados, a entrevista junto aos integrantes da Coordenação da Cooperativa e o quadro-resumo para o registro das informações pertinentes à pesquisa, extraídas do conteúdo das referidas Atas. A análise do conjunto dos dados obtidos junto à população-alvo tornou evidente que: a) as informações, no âmbito da Coordenação da COOHALPI, são construídas a partir das necessidades dos associados e da legislação que se deve cumprir; b) tais informações são comunicadas pelos coordenadores aos associados por diversos canais, tais como: assembleias, reuniões, correspondências; c) as referidas informações são utilizadas, tendo em vista a execução de todos os projetos da Cooperativa, voltados à melhoria da qualidade de vida dos associados; d) grande parte dos associados não participa ativamente das decisões tomadas pela Cooperativa. Conclui que a falta de participação extensiva dos associados evidencia a omissão do seu papel de cidadão, situação que concorre para prejudicar o andamento dos projetos comunitários. Sugere que todos os conselhos da COOHALPI elaborem, de forma sistemática, relatórios de atividades para documentar esse importante trabalho para

a comunidade e ampliar, desta forma, o fluxo de informações entre Coordenação e associados.

PALAVRAS – CHAVE: Informação. Gestão do Conhecimento. Ciclos Informacionais. Fluxos Informacionais. Cooperativismo. Cidadania.

ABSTRACT

Study of a case whose objective was to characterize the flow of information within the Coordination of Housing Cooperative Alpes Pinheiro (COOHALPI), located in the Lomba do Pinheiro neighborhood, in Porto Alegre, capital of the Rio Grande do Sul state. The theoretical-methodology support adopted to construct the object of research has focused, from the definition and delimitation of the problem, in conceptual aspects related to the Knowledge Management, the Informational Cycles and the Informational Flows, establishing a relationship between them and the experience of citizenship in form of participation in the housing cooperativism. To identify and characterize the information flow that occurs between members of the Coordination of Cooperative above, research subject, the Social Model of the Informational Cycle of Le Coadic (1996) was used, what involved the three steps that comprehend the model: the construction, the communication and the use of information. The target population consisted of twenty members of the Coordination that are represented in the form of the Administrative, the Constructional, the Educational and the Fiscal councils as well as the corpus council, represented by the random sample of the Minutes of the assemblies held by the Cooperative in the period between 2010 and 2013, being found in the same and being made available by its coordination. Were used as instruments of data collection, the interview with the members of the Cooperative Coordination and a summary table to record the information relevant to the search, extracted from the contents of the previously referred Minutes. The analysis of all data obtained from the target population made it evident that: a) the information, under the coordination of COOHALPI, are built from the needs of the members and laws that must be met; b) such information is communicated by coordinators to members through multiple channels, such as assemblies, meetings, correspondence; c) such information is used, with a view to implementation of all projects of the Cooperative , aimed at improving the quality of life associated; d) large part of the members do not participate actively in the decisions taken by the Cooperative. Concludes that the lack of extensive participation of members shows the omission of their role as a citizen, a situation that contributes to hinder the progress of community projects. Suggests that all COOHALPI councils develop, systematically, activity reports to document this

important work for the community and expand in this way, the flow of information and coordination between Coordination and members.

KEY WORDS: Information. Knowledge Management. Informational cycles. Informational flows. Cooperatives. Citizenship.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.2	Problema de Pesquisa.....	12
1.3	Objetivos.....	12
1.3.1	Gerais.....	12
1.3.2	Específicos.....	12
2	OS TRAJETOS DA INFORMAÇÃO – CICLOS E FLUXOS.....	13
2.1	Gestão do Conhecimento.....	15
2.2	Ciclos Informacionais.....	19
2.2.1	Construção da Informação.....	20
2.2.2	Comunicação da Informação.....	23
2.2.3	Uso da Informação.....	23
2.3	Fluxos Informacionais.....	27
2.4	Cooperativismo	34
2.4.1	Cooperativas.....	35
2.4.2	Cooperativas Habitacionais.....	37
3	METODOLOGIA	40
3.1	Abordagem da Pesquisa.....	40
3.2	Instrumento de Pesquisa.....	41
3.3	Análise das Entrevistas.....	43
3.4	Análise das Atas.....	50
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
	REFERÊNCIAS.....	57
	APÊNDICE A.....	63
	APÊNDICE B.....	64
	ANEXO.....	65

1 INTRODUÇÃO

A Cooperativa Habitacional Alpes do Pinheiro (COOHALPI) é o lugar onde moro há mais de dois anos e onde foi realizada esta pesquisa. Situa-se na Estrada João de Oliveira Remião n^o 930, Bairro Lomba do Pinheiro, Porto Alegre.

A Cooperativa existe desde 1991, quando servidores da Guarda Municipal de Porto Alegre decidiram se organizar em cooperativa para compra de um terreno para a construção de suas casas.

Criou-se um fundo coletivo para a compra do terreno, e este foi comprado em julho de 1995, no valor de R\$ 330.000,00 reais, parte com o dinheiro do fundo e parte financiada. No mesmo ano, cinco famílias instalaram-se no terreno, mesmo sem infraestrutura para que este não fosse invadido, pois o mesmo já tinha uma parte invadida e ficou de responsabilidade dos cooperados solicitar a reintegração de posse, o que não ocorreu. O terreno da cooperativa foi dividido em 250 terrenos de 8m de frente por 20m de fundos.

Os projetos de infraestrutura e de demarcação dos lotes demoraram e, em 1996, muitas famílias construíram casas mesmo sem terem seus lotes definidos. Houve problemas com a demarcação da área, problemas entre os vizinhos, e muitos gastos gerados por processos.

Até o ano de 2000, a administração da Cooperativa não atuava como tal. As decisões não eram tomadas pelos associados por assembleias e, sim, pelas pessoas que estavam na administração. Em decorrência, por medida judicial essa administração foi demitida e assumiu uma nova administração, que começou a organizar a Cooperativa nos moldes do seu estatuto. Foram pagas as dívidas decorrentes da desistência e expulsão de sócios relativas à restituição dos valores pagos. Decorreram dois anos para que a Cooperativa sob a nova direção conseguisse colocar as contas em ordem e, com financiamentos conseguidos através do Orçamento Participativo, foi possível realizar obras de infraestrutura.

Em 2004, a administração que organizou a Cooperativa foi substituída devido ao Estatuto e, dois anos após, a Cooperativa já estava novamente deficitária. Em 2006, foi realizada uma nova eleição onde as regras do Estatuto não foram seguidas e pessoas que não estavam com suas contas em dia com a Cooperativa votaram. A associada que assumiu em maio de 2006, renunciou em janeiro de 2007, devido a grande quantidade de dívidas que a Cooperativa havia adquirido e que ela não

conseguiu resolver. Assumiu o primeiro suplente e, em três meses, foi realizada nova eleição.

Em 2010, houve uma reforma do Estatuto, que hoje permite que a chapa concorrente possa permanecer desde que renove 1/3 (um terço) do Conselho. Houve um processo judicial contra essa mudança, mas, tanto o judiciário, quanto os associados votaram a favor e as mudanças foram aprovadas em assembléia. O coordenador continua o mesmo até o momento.

Devido a essa decisão e às pessoas responsáveis e competentes que assumiram a coordenação, atualmente a Cooperativa já está com todas as suas ruas calçadas; os muros do entorno prontos, e ainda existem doze terrenos que já tem pessoas aguardando a sua liberação. Dos projetos iniciais, só faltam duas praças para serem concluídas, cujo projeto já está sendo elaborado.

Como Cooperativa, a estimativa é que, nos próximos 8 (oito) anos, todas as dívidas dos financiamentos estejam pagas, as cotas dos moradores pagas e os terrenos escriturados podendo, assim, a Cooperativa ser extinta.

Há muitas ações possíveis de serem realizadas na Cooperativa e, para isso, é preciso a união dos sócios para a melhoria da sua qualidade de vida.

Estas informações foram obtidas através de entrevista com o coordenador e o tesoureiro da COOHALPI, realizada na sede da cooperativa no dia 25 de junho de 2013 e confirmada em conversas com associados antigos. Outras informações mais técnicas encontram-se no Estatuto Social (Anexo).

A filosofia do cooperativismo segue princípios que buscam, pelo resultado econômico, o desenvolvimento social através da melhoria da qualidade de vida e da boa convivência entre seus cooperados. No cooperativismo, com o trabalho de todos para o bem comum da comunidade de associados, é possível resolver certos problemas sociais.

Porém há muitos problemas no cooperativismo, pois assim como em qualquer associação humana, que envolve a participação coletiva nas decisões, ocorrem discordâncias e tensões entre os sócios e a não participação ativa de muitos sócios. Para que sejam alcançados os objetivos de maneira mais eficiente a Cooperativa precisa trabalhar com as informações e a transparência na coordenação, buscar informações úteis para a resolução dos problemas. Estas questões que envolvem a construção, comunicação e uso de informações e são de fundamental importância para um bom desempenho para a comunidade de associados.

1.2 Problema de Pesquisa

Como ocorre o fluxo informacional no âmbito da coordenação da COOHALPI?

1.3 Objetivos

Os objetivos que norteiam este trabalho estão descritos a seguir.

1.3.1 Geral

Identificar como ocorre o fluxo informacional entre os coordenadores da Cooperativa.

1.3.2 Específicos

- a) Identificar quais as fontes de informação utilizadas pelos coordenadores;
- b) Caracterizar o processo de transmissão de informações entre a coordenação;
- c) Analisar as formas de participação dos coordenadores no processo de produção do fluxo de informação na cooperativa.

2 TRAJETÓRIAS DA INFORMAÇÃO: CICLOS E FLUXOS

As informações geram o conhecimento necessário para a evolução de desenvolvimento pessoal e organizacional e buscando conhecer esta trajetória entre a geração e a utilização da informação buscamos sinalizar alguns conceitos de informação dados por autores da Ciência da Informação.

Le Coadic (1996, p. 5) trabalha com a seguinte definição de informação:

[...] a informação é um conhecimento inscrito (gravado) em forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual. A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal.

Nesta definição o sentido da informação é dado no momento da produção e ela passa a existir no momento de sua inscrição ou gravação em um suporte, é independente do usuário, ainda que esteja inscrita em uma prática social de comunicação. Esta concepção de informação é mais próxima do paradigma físico da Ciência da Informação, pois a informação é o objeto de estudo da Ciência da Informação que de acordo com Le Coadic (1996), as primeiras preocupações da Ciência da Informação estão voltadas para o uso da informação nos ambientes institucionalizados das bibliotecas. Mais tarde surgiu a preocupação com a informação em ciência e tecnologia, que é considerada o principal objeto da área por muitos de seus estudiosos e profissionais. Alguns autores apontam o crescimento acelerado das informações em ciência e tecnologia como responsável pelo surgimento da Ciência da Informação.

Segundo Pacheco (1995, p. 21) a informação é tida como um artefato como “qualquer objeto confeccionado pelo homem”. A autora nos diz que:

Se a informação é um artefato ela foi criada num tempo, espaço e forma específicos, que formam um dos contextos pelo qual deve ser interpretada, o contexto de sua geração. Sendo artefato ela pode ser utilizada num contexto distinto daquele para o qual e no qual foi produzida, sendo portanto passível de recontextualização.

Nesta definição dada por Pacheco vemos que o significado dado pelo usuário independe da vontade e do significado dado pelo produtor, e ainda, o significado do artefato informação pode superar as barreiras espaciais e temporais que separam seus contextos de produção e uso.

A informação é vista como um bem imaterial, dotada de sentido. Este conceito de informação leva em conta os indivíduos em seus contextos de ação, interagindo com seu mundo, construindo o sentido da informação a partir de suas

práticas cotidianas. Reis (1999, p. 155) propõe a seguinte compreensão para informação:

[...] substrato da vida social, fundamental à compreensão dos fenômenos, requerendo daquele que a recebe submetê-la a um processo de análise, crítica e reflexão, para que, inserindo-o na historicidade dos processos sociais possa ser incorporada como conhecimento norteando a ação.

Nesta abordagem o termo Informação enfatiza o contexto da produção, mediação e recepção e o papel dos usuários na construção do sentido da informação. Para Araújo (2003, p.25):

[...] a possibilidade de compreensão da informação não como um dado, uma coisa que teria um significado e uma importância *per se*, mas como um processo, como algo que vai ser percebido e compreendido de variadas formas, de acordo com os sujeitos que estão em relação.

Marteleto (1995, p.89) “[...] fala do processo de construção da ideia de informação como artefato cultural, como forma de criação e instituição dos significados ou ainda como modo de produção, controle e distribuição dos bens simbólicos.” Segundo a autora, devemos entender a funcionalidade da informação no terreno sócio-histórico, e perceber como cada grupo ou comunidade dará sentidos diferentes a ela.

Como nos diz Araujo (1991, p. 37):

A informação é a mais poderosa força de transformação do homem. O poder da informação [...] tem capacidade ilimitada de transformar culturalmente o homem, a sociedade e a própria humanidade como um todo. Resta-nos, tão-somente, saber utilizá-las sabiamente como o instrumento de desenvolvimento que é, e não, continuarmos a privilegiar a regra estabelecida de vê-la como instrumento de dominação e, conseqüentemente, de submissão.

A informação é um direito do cidadão que permite que sua participação na sociedade onde vive, seja realmente uma cidadania ativa e, que evolua diminuindo as diferenças sociais e as desvantagens de classes.

De acordo com McGarry (1999), a relação com a informação é cotidiana, em todos os espaços, pois o tempo todo captamos informação por meio dos sentidos e também rejeitamos informações que não consideramos relevantes para nossas necessidades e desejos. Ela é necessária em todos os momentos da vida humana em seus cotidianos particulares ou profissionais. A informação vista pelo âmbito profissional está ligada a uma organização (empresa) onde é preciso geri-la para o bom andamento de seu trabalho e esta área é conhecida como Gestão do Conhecimento, que veremos a seguir.

2.1 Gestão do Conhecimento

A necessidade de gerenciar as informações é questão fundamental no processo de trabalho, levando à Gestão do Conhecimento. Vasconcelos (2001) afirma que se convencionou chamar de Gestão do Conhecimento como a determinação do que a empresa sabe ou deveria saber para alcançar seus objetivos estratégicos.

Segundo Gutiérrez (2006, p. 121) a Gestão do Conhecimento (GC):

A GC pode ser entendida como sendo a disciplina que se encarrega de projetar e implementar um sistema cujo objetivo é identificar, captar e compartilhar sistematicamente o conhecimento contido em uma organização de modo tal que possa ser convertido em valor para a mesma.

Segundo Teixeira (2011)*, “GC é um conceito que cria rotinas e sistemas para que todo o conhecimento adquirido na empresa cresça, ou seja compartilhado pelos funcionários.”

Para compreender Gestão do Conhecimento, deve-se iniciar descrevendo os conceitos de dado, informação e conhecimento, chegando por fim, ao processo de Gestão do Conhecimento.

Davenport (1998) caracteriza dado, informação e conhecimento da seguinte forma:

*Exposição da ministrante da Disciplina BIB 3083, Gestão do Conhecimento.

DADO, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO	
TIPO	CARACTERÍSTICAS
DADO	<ul style="list-style-type: none"> • simples observações sobre o estado do mundo; • facilmente estruturados; • facilmente obtidos por máquinas; • freqüentemente quantificados; • facilmente transferíveis.
INFORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • dados dotados de relevância e propósito; • requer unidade de análise; • exige consenso em relação ao significado; • exige necessariamente a mediação humana.
CONHECIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> • informação valiosa da mente humana; • inclui reflexão, síntese, contexto; • de difícil estruturação; • de difícil captura em máquinas; • freqüentemente tácito; • de difícil transferência.

Fonte: DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da Informação**. São Paulo: Futura, 1998

Segundo Teixeira (2011) o conhecimento reflete um nível mais alto de organização a tal ponto que verdade ou falsidade podem ser avaliadas por testes por correspondência para, e coerente com, o mundo de experiências e de outras ideias. Esse nível acarreta discernimento de padrões de informações e à elaboração de generalizações que são acessíveis, e aceitáveis, por outras pessoas.

Segundo Nonaka; Takeushi (1997. p. 63) o conhecimento humano é classificado em dois tipos: conhecimento tácito e conhecimento explícito.

Conhecimento explícito é o que pode ser articulado na linguagem formal, inclusive em afirmações gramaticais, expressões matemáticas, especificações, manuais etc., facilmente transmitido, sistematizado e comunicado. Ele pode ser transmitido formal e facilmente entre os indivíduos. Esse foi o modo dominante de conhecimento na tradição filosófica ocidental.

O conhecimento tácito é difícil de ser articulado na linguagem formal, é um tipo de conhecimento mais importante. É o conhecimento pessoal incorporado à experiência individual e envolve fatores intangíveis como, por exemplo, crenças pessoais, perspectivas, sistema de valor, insights, intuições, emoções, habilidades. É considerado como uma fonte importante de competitividade entre as organizações. Só pode ser avaliado por meio da ação.

Os conhecimentos tácito e explícito são unidades estruturais básicas que se complementam e a interação entre eles é a principal dinâmica da criação do conhecimento na organização de negócios.

Segundo Nonaka; Takeuchi (1997, p. 79), para se tornar uma “empresa que gera conhecimento” (*knowledge creating company*) a organização deve completar uma “espiral do conhecimento”, espiral esta que vai de tácito para tácito, de explícito a explícito, de tácito a explícito, e finalmente, de explícito a tácito. Logo, o conhecimento deve ser articulado e então internalizado para tornar-se parte da base de conhecimento de cada pessoa. A espiral começa novamente depois de ter sido completada, porém em patamares cada vez mais elevados, ampliando assim a aplicação do conhecimento em outras áreas da organização.

Espiral do Conhecimento criada por Nonaka; Takeuchi(1997)



Fonte: NONAKA, Ikujiro e TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação do Conhecimento na Empresa**: como as empresas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.80.

Teixeira (2011), também nos diz que “Tanto a informação quanto o conhecimento são específicos ao contexto e relacionais na medida em que dependem da situação e, são criados de forma dinâmica na interação social entre as pessoas.”

Oliveira (2009) sintetiza conceitos de Gestão do Conhecimento disponíveis na literatura.

Autor	Conceito
Davenport e Prusak (1998)	Geração, codificação e coordenação e transferência do conhecimento na organização tanto na forma explícita quanto tácita.
Teixeira (2000)	Coleção de processos que governa a criação, disseminação e utilização do conhecimento para atingir objetivos da organização.
Triska (2001)	Processo de identificação do conhecimento tácito e explícito das pessoas na organização a fim de subsidiar o processo de tomada de decisão.
Santos et al. (2001)	Processo corporativo com foco na estratégia da organização, que alia a gestão de competências, o capital intelectual, a inteligência e aprendizagem organizacional e a educação corporativa.
Terra (2001)	Capacidade da organização utilizar e combinar as fontes de conhecimento para desenvolver competências e capacidade inovadora.
Bukowit e Williams (2002)	Processo pelo qual a organização gera riqueza, a partir de seu conhecimento ou capital intelectual.
Laudon e Laudon (2004)	Processo de sistemática para ativamente gerenciar e alavancar o armazenamento de conhecimento de uma organização
Turban et al. (2004)	Processo de estruturação do conhecimento, que ajuda a organização a resolver problemas de forma eficaz e eficiente, a planejar estrategicamente e a tomar decisões.
Tarapanoff (2006)	Disciplina que trabalha sistematicamente a informação e o conhecimento visando o aumento da capacidade de resposta da empresa ao meio ambiente com inovação e competência, desenvolvendo a eficácia e o conhecimento corporativo

FONTE: OLIVEIRA, Bruno Fernandes de. **Fluxos informacionais e necessidades de informação no processo de tomada de decisão na gestão de obras públicas**: um estudo de caso na secretaria de estado de obras públicas do Paraná. 98 f. Tese (Mestrado) Programa de Pós Graduação em Construção Civil, Departamento de Construção Civil, Setor de Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2009, p. 28.

Esta disciplina para o planejamento das organizações passa a ter uma grande relevância a partir da valorização dos conhecimentos gerados, dentro e fora da organização, visto que trazem bons resultados no desenvolvimento de novos produtos e serviços e também a melhor eficiência e a eficácia dos trabalhos rotineiros da organização. As organizações que se utilizam da Gestão do Conhecimento, buscando informações fora e gerando e armazenando conhecimentos, tem maior probabilidade de encontrar melhores soluções para seus desafios cotidianos.

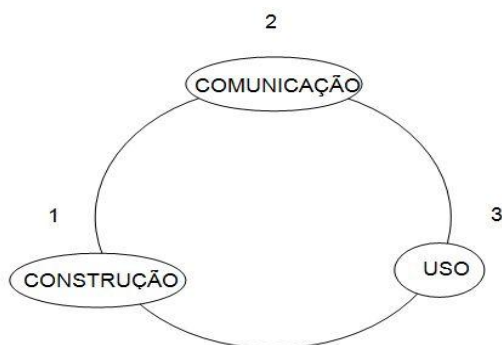
As pessoas fazem a organização, Berger e Luckman (2010) afirmam que as pessoas interagem em um determinado contexto histórico e social e compartilham informações, a partir das quais constroem o conhecimento social como uma realidade, o que por sua vez influencia seu julgamento, comportamento e suas atitudes. E, quanto mais e melhor as informações sobre o trabalho realizado, as pessoas da organização estarão melhores preparadas para solucionar problemas que vierem a enfrentar.

A Cooperativa é uma organização de pessoas que se uniram para resolver o problema habitacional do grupo, onde a informação deve fluir constantemente,

sendo compartilhada e usada para a criação de novos conhecimentos que gerem o desenvolvimento da organização. Pensar sobre a Gestão do Conhecimento no ambiente cooperativo é dar possibilidades de soluções mais adequadas para a solução de problemas e o desenvolvimento de novos serviços para a comunidade de associados, para que estes tenham em seu local de moradia uma melhor qualidade de vida. Este fluxo da informação vai criar um ciclo, onde a informação é construída, comunicada e utilizada.

2.2 Ciclos Informacionais

A fim de caracterizar os fluxos informacionais, na COOHALPI, foi utilizado o Modelo Social do Ciclo da Informação desenvolvido por Le Coadic (1996). Conforme o autor, o modelo se expressa da seguinte forma: construção – comunicação – uso da informação, baseados no esquema econômico clássico de produção – distribuição – consumo, pois o sistema de pesquisa assemelha-se a um sistema econômico, podendo haver uma analogia de fenômenos, mas não de conceitos.



Fonte: LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 1996, p. 11

A construção – comunicação - uso formam um processo dinâmico, que não possui início e nem fim e está sempre se alimentando, através dos processos interativos e intercâmbios comunicativos, que envolvem as necessidades de produção, transmissão e uso da informação.

Segundo Morigi; Semensatto; Binotto (2006), nesta abordagem, toda a informação é gerada por um sujeito e transmitida por um canal até chegar a um destino, a um receptor, isto se chama interlocução. A interlocução desempenha papel preponderante na definição e uso dos signos, ela é a forma de comunicação entre os sujeitos. Para que o receptor compreenda o significado da mensagem

enviada pelo emissor, e necessário que exista um estoque de signos comuns entre os agentes da comunicação.

Para Le Coadic (1996), a informação contém um elemento de sentido. Ela consiste na construção de uma abstração informal, representando algo significativo para alguém, por meio da forma escrita, oral ou audiovisual. A informação pode ser conduzida de diversas formas, através de textos, imagens, sons ou animação. Mediados por pessoas na comunicação face a face, pelo rádio, televisão, jornal, computador, telefones, e outros. De acordo com Le Coadic (1996, p.11): “Este modelo permite libertarmo-nos daquele, habitual, mas simplista, dos meios de comunicação de massa, que limita a comunicação a uma relação bi-lateral: informador-informado”.

O receptor cria e amplia seus conhecimentos quanto mais informação recebe, reelaborando os conhecimentos que já possui. Segundo Morigi; Semensatto; Binotto (2006):

O sujeito reelabora intelectualmente a informação a partir da sua visão de mundo. Esta reelaboração é realizada pelo sujeito, dá forma aos pensamentos, as ideias, as noções que este compartilha com os demais membros em sociedade: as representações sociais.” Quando uma mensagem é enviada, tanto pelo sujeito emissor, quanto pelo receptor, esta pode ser interpretada e, a partir daí, adquirir novo sentido. A informação faz parte do contexto subjetivo da ação do sujeito receptor e este faz uso conforme as suas necessidades. Ao utilizar a informação o sujeito produz conhecimento, isto é, o sujeito que faz uso da informação absorve o conteúdo e modifica o seu estado de pensamento, formando a partir daí uma nova ideia.

Em decorrência forma-se um ciclo onde as informações são transmitidas, transformadas, e novamente repassadas a outros sujeitos, que a tomam como conhecimento e, mudam o seu pensamento, e assim, sucessivamente. Este ciclo informacional, é descrito por LeCoadic (1996) por meio de três fases caracterizados, a seguir.

2.2.1 Construção da Informação

Segundo Le Coadic (1996), a construção da informação ocorre a partir de atividades científicas e técnicas que, com o uso de informações anteriores desenvolvem novas informações. Para Le Coadic (1996, p.27).

Sem informação a pesquisa seria inútil e não existiria o conhecimento. Fluido precioso e continuamente renovado, a informação só interessa se circula, e, sobretudo se circula livremente. A atividade de pesquisa constitui, com efeito, a aplicação do raciocínio ao corpo de conhecimentos acumulados ao longo do tempo e armazenados em bibliotecas e centros de documentação.

Le Coadic (1996), verifica que o desenvolvimento da ciência ao produzir conhecimentos que satisfaçam as necessidades práticas e econômicas ganhou apoio de governos e empresas, alcançando tanta notoriedade que confere as principais características às sociedades modernas. Houve um crescimento, tanto quantitativo quanto qualitativo, verificado o desenvolvimento tecnológico dos últimos anos, com o aparecimento de grande número de produtos novos no mercado, com novos processos de produção e também novas atividades e empresas.

Os autores desta revolução são segundo Le Coadic (1996), a comunidade científica, onde os pesquisadores trabalham para primeiro publicar uma informação, e a quantidade de informação original publicada gera reconhecimento pelo cientista e pela instituição que está ligado. Os membros das comunidades científicas trabalham em instituições, tais como academias, laboratórios, universidades e empresas.

Assim, para a produção de novas informações, se faz necessário o conhecimento e a utilização das fontes de informação sendo elas objetos de transferência do conhecimento humano, estando presentes em diversos formatos e suportes trazem maior facilidade no desenvolvimento social de qualquer pessoa e/ou organização.

Portanto, é preciso definir fontes de informação:

[. . .] todos aqueles instrumentos e recursos que servem para satisfazer as necessidades informativas de qualquer pessoa, tenham ou não sido criados com esta finalidade e sejam utilizados diretamente [pela pessoa] ou por um profissional da informação como intermediário. (VILLASEÑOR RODRIGUES, 1998 , p.31)

Segundo Carrizo Sainero (1994), fontes de informação são materiais ou produtos, originais ou elaborados, que contenham notícias ou testemunhos, através dos quais se acessa ao conhecimento, qualquer que seja este.

As fontes de informação podem ser classificadas segundo sua procedência ou origem em pessoais, institucionais e documentais. As fontes de informação pessoais quando são pessoas que fornecem informações, pessoas ou grupo de pessoas que detém determinados dados ou informações ou conhecimentos em decorrência de

sua especialização ou pela vivência de fatos ocorridos, podendo ser de caráter individual, pessoas fonte ou de caráter coletivo, Comunidades Científicas e Colégio Invisível. Caracterizam-se por ter uma relação profissional entre elas, oferecem informações sobre elas mesmas, ou informações sobre sua especialização e a informação é imediata e atualizada. Transmitem as informações de forma oral utilizando a informalidade para transmitir a informação.

As fontes institucionais são documentos que guardam informações sobre uma determinada instituição, gerados pela própria instituição ou elaborados extra-instituição. Fontes institucionais segundo Villaseñor Rodrigues, (1998) “São aquelas fontes que proporcionam informação sobre uma instituição. Essa instituição se converte em objeto de interesse e é ela mesma quem proporciona a informação que se deseja.” Para Campello (2000) uma instituição, uma organização é “[. . .] uma entidade que reúne pessoas que desenvolvem um trabalho coordenado, estruturado em torno de metas definidas, consistindo de vários grupos ou subsistemas interrelacionados.” E caracterizam-se segundo a autora como um espaço de ações econômicas no qual se concentram capital, gerência, mão-de-obra e tecnologia, proporcionando um ambiente de convívio e de interações constantes entre os diversos atores envolvidos em cada um dos setores.

As organizações podem ser classificadas segundo Campello (2000, p.35):

- Quanto ao caráter: públicas e privadas;
- Quanto ao tipo: governamentais, acadêmicas, culturais, econômicas, entre outras;
- Quanto à cobertura geográfica: internacionais, multinacionais, transnacionais, regionais, nacionais e locais;
- Quanto à área temática: gerais e especializadas.

As fontes de informação documentais são documentos, propriamente ditos, elaborados com a intenção de transmitir uma informação. Segundo Cordón Garcia (1998), são objetos que assumem a função de transmitir informação circunstancialmente.

As fontes de informação são importantes meios onde a informação é armazenada, podendo ser pessoas, livros, artigos, blogs na internet e outros. Porém, deve-se avaliar a veracidade e a pertinência da informação neles encontrada. E, a partir do armazenamento em fontes de informação, que esta pode ser comunicada, transmitida para quem delas precisar.

2.2.2 Comunicação da Informação

Na questão da comunicação da informação, Le Coadic (1996) refere-se às informações produzidas por atividades científicas ou técnicas, priorizando a comunicação científica. Tanto que, para o autor, “O papel da comunicação consiste em assegurar o intercâmbio de informações sobre os trabalhos em andamento, colocando os cientistas em contato entre si.” (LE COADIC, 1996, p. 33) e também divulgar para não-especialistas e governos. Para tanto, a prática da comunicação exige muito esforço dos cientistas.

De acordo com Le Coadic (1996, p.34), os processos de comunicação utilizados são de dois tipos: “[...] um processo escrito, formal, e um processo oral, informal.”

A comunicação escrita compõe-se geralmente de publicações primárias onde os cientistas apresentam os resultados de suas pesquisas e publicações secundárias e terciárias, onde há a indexação e resumos. A comunicação oral acontece quando em seminários, conferências, conversas há a troca de informação entre os membros de uma sociedade científica.

A comunicação científica é feita tanto de maneira informal, oral, quanto formal, escrita e serve para o desenvolvimento das ciências. Sendo normalmente utilizada no meio acadêmico.

A comunicação de informações, geralmente, feita na Cooperativa é por meio de assembleias de forma oral e transcrita, para Atas tornando-se formal. Estas Atas são armazenadas para futuro uso, juntamente, com informações obtidas em outras organizações e pessoalmente com os associados participantes.

2.2.3 Uso da Informação

O uso da informação, para Le Coadic (1996, p.39), é “[...] trabalhar com a matéria informação para obter um efeito que satisfaça a uma necessidade de informação.” Esse uso deve-se preponderantemente as necessidades de informação dos usuários, usar a informação segundo Le Coadic (1996, p. 39) é uma “Exigência oriunda da vida social, exigência de saber, de comunicação [...]”, pois para resolver os problemas buscando soluções eficientes o usuário (ser social) vê-se impelido a

buscar informações eficazes que tragam as respostas condizentes a estes problemas.

Segundo Le Coadic, a necessidade de informação é uma necessidade derivada, pois surge para suprir outras necessidades básicas do ser humano. Tanto que o autor determina dois tipos de necessidades: a necessidade em função do conhecimento, que é derivada do desejo de saber; e necessidade em função da ação, que é uma necessidade derivada de necessidades de realização de atividades humanas, de trabalho e pessoais.

Por ser uma necessidade derivada existem inúmeras pessoas que não sentem (não foram educadas para sentir) a necessidade de busca por informações, e acabam usando informações não eficazes, deixando de realizar algum trabalho, por falta de conhecimento, ou apenas satisfazer alguma curiosidade por não saber onde encontrar a informação correta que precisa.

O uso de informações é uma questão de educação e mais ainda de cidadania, pois informação e cidadania são conceitos extremamente relacionados, uma vez que o acesso à informação está diretamente vinculado ao exercício da cidadania, este acesso é essencial para que o exercício da cidadania se efetive de forma plena. Segundo Targino (2006, p.71),

Não há exercício da cidadania sem informação. Isto porque, até para cumprir seus deveres e reivindicar seus direitos, sejam eles civis, políticos ou sociais o cidadão precisa conhecer e reconhecê-los, e isto é informação.

O conceito de cidadania está enraizado em nossa cultura e tem sua origem, na Grécia antiga, onde significava vivência política ativa na cidade (pólis). Esta idéia de cidadania estava ligada aos privilégios, pois os direitos dos cidadãos eram restritos a determinadas classes e grupos de pessoas. Para os gregos, a condição de cidadania era estabelecida por pressupostos que excluía boa parte da população.

Ao longo da história, o conceito e a prática da cidadania foram se aprimorando, e na Idade Moderna, uniu os direitos universais ao conceito de nação, e aos princípios de liberdade e de igualdade perante a lei. Mas ainda estava restrita às elites, porque dependia de direitos políticos, vetados para a maioria da população.

Como nos diz Barbalet (1989, p.13), a base da cidadania moderna está na democracia política onde são eleitos por meio de voto popular, representantes do povo. Também ser cidadão significa fazer parte de uma comunidade civil com direitos e deveres promulgados em leis. Com isso, a autora conclui que “Tipos

diferentes de comunidades políticas dão origem a diferentes formas de cidadania.” Na nossa sociedade com as diferenciações de classes as questões de direitos e deveres igualitários são burlados para a manutenção de privilégios de classes com poder econômico maior.

Segundo Marx (1843, apud Barbalet, 1989, p.14)* que faz uma crítica a cidadania moderna, quando diz que:

...o Estado anula as diferenças baseadas no nascimento, na posição social, na educação e na profissão, quando declara que o nascimento, a posição e social, a educação e a profissão são diferenciações não políticas, quando proclama que todos os membros da população são participantes iguais na soberania popular independentemente destas diferenciações quando trata do ponto de vista do Estado todos os elementos que compõem a vida autêntica das pessoas. Todavia, o Estado permite. que a propriedade: privada, a educação e a profissão atuem e afirmem a sua natureza particular a sua própria maneira, isto é, como propriedade privada, educação e profissão. Longe de abolir estas diferenciações factuais, o Estado conta com elas para poder existir.

Para Marx, somente com o fim das diferenças de classes sociais a cidadania poderia existir com real significação. Isso não quer dizer que Marx era contra os direitos de cidadania adquiridos, mas que todos tivessem direitos e oportunidades iguais, o que não é possível com o capitalismo. Não fomos revolucionários como Marx queria, mas as discussões geradas através de suas críticas e as lutas de classes levaram a mudanças na cidadania contemporânea.

Seguindo essa mesma visão de cidadania, relacionada ao sistema de classes sociais, geradas pelo capitalismo, temos em Marshall (1967) uma visão bastante clara do desenvolvimento dos direitos de cidadania na sociedade de classes na Inglaterra do pós-guerra, para ele “[...] sociedades diferentes atribuirão direitos e deveres diferentes ao *status* de cidadão [...]”. E que três elementos podem estar presentes em uma constituição cidadã: os direitos civis, os políticos e os sociais. Como conjuntos de direitos com instituições sociais, através dos quais tais direitos são exercidos. Os direitos civis são os direitos de liberdade individual com as instituições associadas às leis e ao sistema judiciário. Nasceram com o capitalismo, no sec. XVIII, pois eram necessários para o livre comércio. Os direitos políticos são os direitos de participar do exercício do poder político, as instituições parlamentares que estão associadas a esses direitos e desenvolveram-se no sec. XIX. Os direitos sociais são os direitos ao nível de vida predominante na sociedade, as instituições de serviços sociais e educativos, que só vão aparecer no sec. XX.

* MARX, Karl. A Questão Judaica. In._____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Edições 70, 1975. p. 35-63. Apud. BARBALET, J.M. **A Cidadania**. Lisboa: Estampa, 1989, p.14.

A cidadania se desenvolve juntamente com o capitalismo, este gerando sistemas de classes e conflitos de interesses. Conforme Morigi; Vanz; Galdino (2003, p.72), “O princípio básico da cidadania se apóia na idéia de igualdade, chocando-se com as bases do capitalismo, a desigualdade social.”

Segundo Cortina (2005, p.39),

[...] um conceito pleno de cidadania integra um status legal (conjunto de direitos), um status moral (um conjunto de responsabilidades) e também uma identidade pela qual uma pessoa se sabe e se sente pertencente a uma sociedade.

A autora deixa claro que as grandes barreiras para se alcançar essa cidadania plena seriam as desigualdades materiais e as diferenças culturais existentes dentro da sociedade. Ela fala da Cidadania Econômica onde todos os cidadãos tenham um mínimo de bens materiais, Cidadania Social onde todos participem dos bens sociais e Cidadania Multicultural onde a cidadania deve ser um vínculo de união entre grupos sociais diversos, Para Cortina (2005, p. 140) esta cidadania:

[...] não pode ser se não uma cidadania complexa, pluralista e diferenciada, e no que diz respeito a sociedades nas quais convivem culturas distintas uma cidadania multicultural, capaz de tolerar, respeitar ou integrar as diferentes culturas de uma comunidade política de tal modo que seus membros se sintam cidadãos de primeira classe.

Segundo Marteleto (1995, p.7):

Na leitura antropológica da informação, seu processo de construção como objeto só se complementa, quando se levam em conta, concretamente, tanto as estruturas materiais e simbólicas de um dado universo cultural, quanto às relações, práticas e representações dos sujeitos cada vez mais mediadas por um modo informacional e competente de ser e estar em sociedade.

Portanto, entender os ciclos informacionais em uma cooperativa habitacional pode trazer noções de como a informação modificou e modifica a vida destes cooperativados. Por que dentro de uma associação o cidadão está fortalecido e com a participação de todos e a comunicação da informação que cada um traz, formando um ciclo, gerando mais conhecimento e abrangência de conquistas de direitos.

A construção, a comunicação e o uso de informações vão representar os fluxos informacionais, e como veremos não apenas em forma de ciclo, mas existem outros modelos de fluxos, utilizados para a gestão da informação em organizações mais complexas.

2.3 Fluxos Informacionais nas Organizações

Na gestão da informação é preciso a definição de etapas, processos, sistematizados e estruturados dos quais a caracterização dos fluxos informacionais são responsáveis. Para Castells (2001, p. 501), os fluxos de informação:

[...] não representam apenas um elemento da organização social: são a expressão dos processos de dominam nossa vida econômica, política e simbólica. [...] Por fluxos, entendo as sequências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômicas, política e simbólica da sociedade. Práticas sociais dominantes são aquelas que estão embutidas nas estruturas sociais dominantes. Por estruturas sociais dominantes, entendo procedimentos de organizações e instituições cuja lógica interna desempenha papel estratégico na formulação de práticas sociais e da consciência social para a sociedade em geral.

O conceito de Castells se aplica aos diversos setores da sociedade. Já para Barreto (1999), o fluxo informacional é definido como a sequência de eventos de um processo que intermédia a geração de uma informação (fonte emissora) e a aceitação por parte do receptor.

Tálamo (2004) assim define o fluxo informacional:

Informação é sempre fluxo e para o sujeito ela funciona como troca com o mundo exterior, o que lhe confere seu caráter social. Assimilada, interiorizada e processada por um sujeito específico, ela é a base para sua integração no mundo, propiciando ajustes contínuos entre o mundo interior e o mundo exterior. A questão do modo pelo qual a sociedade integra-se aos fluxos informacionais não se resume apenas à oferta da informação. A informação circula socialmente e, para o sujeito, esta circulação, deve ser percebida como conjunto de opções. Esta função primária da informação - a de manifestar-se como um leque ou conjunto de opções - relaciona-se diretamente ao fato de que ela se propõe como universo de alternativas. Para o sujeito, de modo recíproco, ela resulta de um processo de seleção - quero isto e não aquilo. Dito de outro modo, o sujeito integra-se ao mundo a partir do momento que reconhece a existência de opções e seleciona as mais adequadas segundo o contexto em que se encontra; assimilada, compreendida e interiorizada, a informação integra o processo de geração do conhecimento, essencialmente subjetivo.

Os fluxos informacionais podem ser observados sob dois critérios, segundo Barreto (1999): o da tecnologia e o da Ciência da Informação (CI). Em relação à tecnologia, os fluxos permitem que o usuário acesse a informação da melhor forma, enquanto que a CI interfere na qualificação da competência dos usuários, visando a assimilação dos conteúdos informacionais.

Segundo Jamil (2001), o fluxo de informação é uma transmissão de dados ou conjuntos de dados através de unidades administrativas, organizações e profissionais, com o intuito de transmiti-las de um armazenador para um usuário.

Assim como Jamil (2001), que define os fluxos informacionais de uma forma mais específica e voltada para o contexto organizacional, McGee; Prusak (1994, p. 5) afirmam que “[...] a criação, captação, organização, distribuição, interpretação e comercialização da informação são processos essenciais” para organizações preocupadas com a gestão da informação.

O fluxo informacional no âmbito organizacional foi classificado por Valentim (2002) como formal e informal. A identificação desses se dá a partir da identificação dos ambientes existentes na organização. Sendo que as organizações são formadas por três ambientes: o primeiro está ligado ao próprio organograma, isto é, as interrelações entre as diferentes unidades de trabalho como diretorias, gerências, divisões, departamentos, setores, seções etc.; o segundo está relacionado à estrutura de recursos humanos, isto é, as relações entre pessoas das diferentes unidades de trabalho; e o terceiro é composto pela estrutura informacional, a geração de dados, informação e conhecimento pelos dois ambientes anteriores.

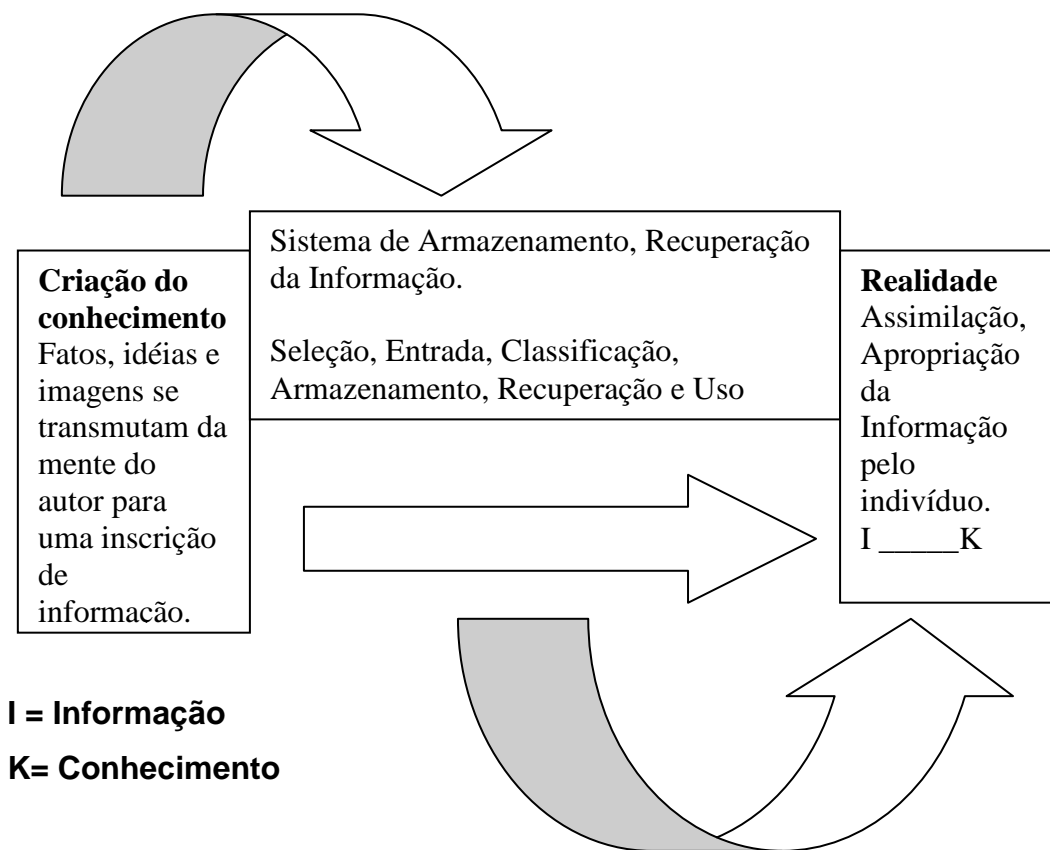
A partir do reconhecimento desses três ambientes, Valentim (2002) diz que é preciso mapear os fluxos informais existentes na organização, além de estabelecer os fluxos formais de informação para consumo da própria organização. Torna-se necessário, então, para o gerenciamento dessas, a identificação destes fluxos, de modo a criar uma estrutura que facilite o uso e a recuperação destas. Valentim (2002), diz que para gerenciar esses fluxos informacionais é necessário realizar ações integradas objetivando prospectar, selecionar, filtrar, tratar e disseminar todo o ativo informacional e intelectual da organização, incluindo desde documentos, bancos e bases de dados, entre outros, produzidos interna e externamente à organização até o conhecimento individual dos diferentes atores existentes na organização.

Existem, segundo Bartolomé (1999), barreiras que impedem o fluxo de informações em todas as dimensões, a emissão ou transmissão de informações, bem como a recepção, a compreensão ou a interpretação. As principais barreiras segundo o autor são: a) padrões disfuncionais de comportamento, como a falta de visão e liderança organizacional; b) barreiras estruturais e geográficas; c) barreiras interculturais e; d) excesso de dados.

Para Choo (2003), a informação é percebida na organização, e seu significado construído socialmente. Isso fornece o contexto necessário para que as atividades da organização orientem o processo de construção do conhecimento,

sendo caracterizado pela conversão do conhecimento tácito em explícito, para que possa ser partilhado e transformado em inovação. Existindo o conhecimento suficiente, a organização está preparada para tomar decisões de acordo com os seus objetivos. Dessa forma, a ação organizacional muda o ambiente, produzindo novas correntes de experiência, às quais a organização terá de se adaptar, gerando assim um novo ciclo.

Para Smit; Barreto (2002), existem três fluxos básicos de informação: o 'interno' onde é feita a captação, seleção, armazenamento e recuperação da informação, o segundo sendo a transformação da informação em conhecimento, e o último, a inscrição de informação, determinada pela consolidação da criação do autor. A Figura 4 (quatro) contextualiza os fluxos internos e os fluxos extremos da informação.



Fonte: SMIT, J. W.; BARRETO, A. A. Ciência da Informação: base conceitual para a formação do profissional. In: VALENTIM, M.L. (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. Cap.1.

As fases dos fluxos de informação permeiam dois níveis: o interno e os extremos do fluxo. Segundo Smit; Barreto (2002, p. 16):

[...] os fluxos internos de informação, os quais movimentam entre os elementos de um sistema que se orienta para sua organização e controle.

[...] Os fluxos de informação de segundo nível são aqueles que acontecem nas extremidades do fluxo interno, de seleção, armazenamento e recuperação da informação. Os fluxos extremos são aqueles que, por sua atuação, mostram a essência do fenômeno da transformação, um acontecimento raro e surpreendente entre a linguagem, suas inscrições e o conhecimento elaborado pelo receptor em sua realidade.

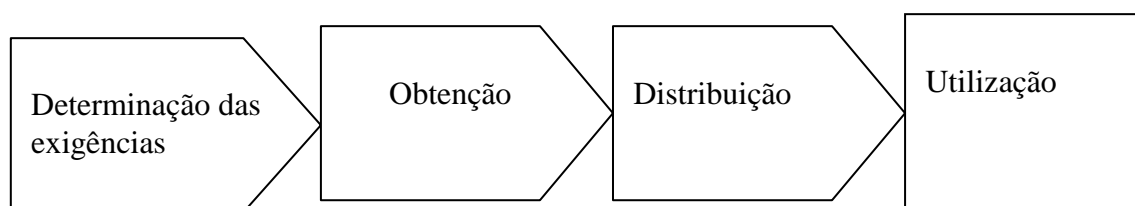
Lesca; Almeida (1994) apresentam um modelo de fluxo informacional de uma organização subdividido em três etapas, conforme a figura.



Fonte: LESCA, H.; ALMEIDA, F. C. Administração estratégica da informação. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 66-75, jul./set. 1994.

Neste modelo os fluxos de informações são divididos em etapas: etapa do fluxo da informação que vem fora do ambiente externo e usado pela organização; etapa do fluxo produzido dentro da organização para ser utilizado pela própria organização, ou seja, o fluxo no âmbito interno de informações e etapa produzida pela organização e destinada ao mercado externo da organização (clientes, fornecedores, concorrentes).

No modelo de Davenport (1998), o autor demonstra o fluxo de informação dividido em quatro passos que devem ser seguidos para o efetivo gerenciamento da informação. Como é mostrado na figura a seguir.



Fonte: DAVENPORT, T. H. *Ecologia da informação*. São Paulo: Futura, 1998.

Para Davenport (1998), o primeiro passo, consiste em identificar as necessidades de informação é, segundo o autor, um passo problemático, pois é preciso que as pessoas da organização percebam o ambiente que cerca as informações. O segundo passo, obtenção de informações, requer que se busquem as informações necessárias de maneira ininterrupta. O terceiro passo é o processo de gerenciamento da informação, a maneira pelas quais as informações são buscadas e divulgadas para os membros da organização. O último passo do processo é a utilização da informação, diz respeito ao uso da informação disponível aos usuários da organização.

Outro modelo de gerenciamento da informação discutido é o de McGee; Prusak (1994), conforme a próxima figura. Os autores identificam como tarefa as fases do processo do fluxo informacional dentro de uma organização, dividindo em quatro principais tarefas do processo de gerenciamento.

Inicialmente tem-se a identificação de necessidades e requisitos de informação. Os autores entendem que há três aspectos essenciais nesta primeira etapa: o primeiro é a variedade necessária de informação para atuação no ambiente organizacional; a segunda as pessoas não sabem o que não sabem, isto é, “profissionais da informação precisam ter conhecimento das fontes de informação disponíveis que podem ser valiosas para o cliente ou sua organização” (MCGEE; PRUSAK, 1994, p. 116); o terceiro aspecto é a aquisição/coleta de informação que deverá contar com “um plano sistemático para adquirir a informação de sua origem ou coletá-la (eletrônica ou manualmente) dos que a desenvolvem internamente” (MCGEE; PRUSAK, 1994, p. 117).

A segunda tarefa do processo é denominada classificação/armazenamento e tratamento/apresentação de informação. E ocorrem geralmente simultaneamente com a primeira tarefa e precisam ser planejadas juntas.

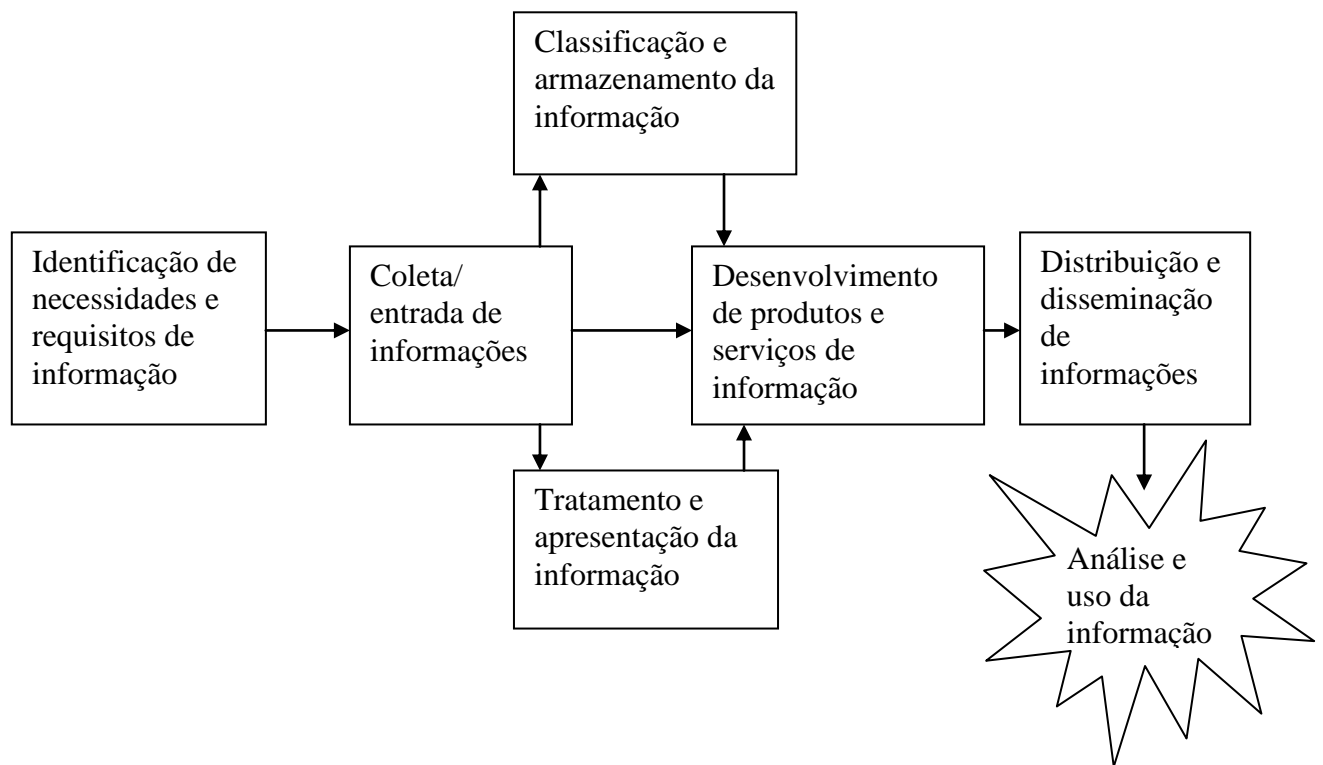
Na terceira tarefa, ocorre o desenvolvimento de produtos e serviços de informação onde o usuário tem a possibilidade de contribuir para o processo. McGee; Prusak (1994, p. 119) salientam que “é geralmente nessa tarefa que os usuários finais do sistema podem aproveitar seu próprio conhecimento e experiências para trazer notáveis perspectivas ao processo”.

A quarta e última tarefa do processo de gerenciamento de informação de McGee; Prusak é denominada distribuição e disseminação da informação. Para os

autores (1994, p. 124), “ao dedicar-se a essa tarefa, os profissionais que se integrarem ao processo com um entendimento rico e profundo das necessidades de informação de indivíduos-chave, divisões, ou mesmo em toda a empresa, incorporam a ele um valor substancial”.

McGee; Prusak (1994) ressaltam que diversas organizações que investiram em informação fracassaram, pois, os gestores da informação não estavam conscientes de suas funções, ou ainda, o gerenciamento da informação não era tido como de valor estratégico pelo restante da organização.

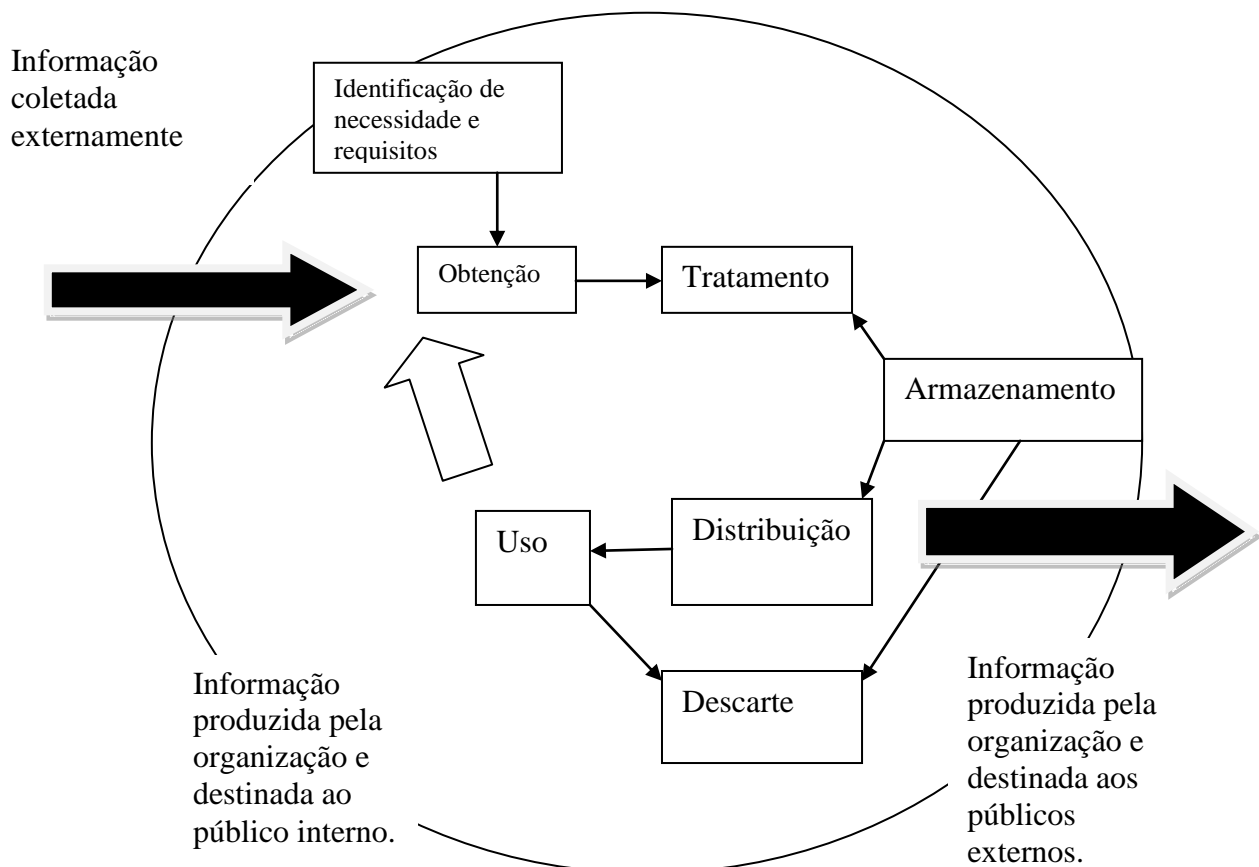
O modelo de McGee; Prusak (1994) é representado pela seguinte figura:



Fonte: McGEE, J.; PRUSAK, L. **Gerenciamento estratégico da informação**: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como ferramenta estratégica. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

Também Beal (2004), cria um modelo onde a autora apresenta sete etapas que representam o fluxo da informação nas organizações. No modelo de Beal (2004, p. 30), a primeira etapa do consiste na identificação das necessidades e requisitos de informação, sendo que este “age como elemento acionador do processo”. A segunda etapa diz respeito à obtenção das informações, onde se faz necessária a repetição contínua de alimentação do processo. A terceira etapa do processo de gestão estratégica da informação é denominada de tratamento da informação. A quarta etapa consiste na distribuição da informação. Significa dizer que a informação

será conduzida ao usuário que dela necessita. A quinta etapa, compõe o uso da informação. A sexta etapa, denominada armazenamento de informações para posterior uso pela organização. Na sétima e última etapa do modelo de Beal consiste no descarte da informação, e ocorre quando uma informação se torna obsoleta ou inútil ela deve ser descartada.



Fonte :BEAL, A. **Gestão estratégica da informação**. São Paulo: Atlas, 2004.

É possível constatar que os cinco modelos de gerenciamento da informação possuem características similares em determinadas fases. No entanto, Beal (2004), talvez pelo fato de ser o modelo mais recente, é a única autora que insere uma etapa de descarte da informação quando esta se torna inútil. Percebe-se que, no modelo de Beal (2004), está presente o modelo de Lesca; Almeida (1994), especialmente em relação aos fluxos provenientes do ambiente externo, o ambiente interno e o destinado ao mercado externo.

Para representar o diagnóstico de um fluxo informacional, Oliveira (2002) apresenta o fluxograma como principal veículo de sua tradução em uma sequência visível de ações, que representa gráfica, racional, clara e logicamente: rotinas e

procedimentos ligados à tramitação de documentos, insumos de entrada, processamento e recursos de saída, emitentes e receptores envolvidos. A representação tem como objetivos, conforme Oliveira, (2002, p. 257):

- a) padronizar a representação de métodos e processos administrativos;
- b) agilizar a descrição, leitura e entendimento dos mesmos;
- c) viabilizar a identificação rápida de prioridades;
- d) possibilitar diferentes graus de análise dos métodos e processos;
- e) evidenciar falhas e deficiências no processo retratado.

Além de representar o processo como uma fotografia do estado corrente o fluxograma agiliza o desenvolvimento de soluções para desperdícios ali desenhados, conforme Machado e Toledo (2008). Torna-se possível eliminar etapas supérfluas no fluxo, associar aquelas de natureza similar e diminuir o percurso de informações e demais recursos.

Segundo Jamil (2001), a transparência, na sistematização do fluxo informacional em seu ambiente nativo, viabiliza uma gestão presente e lúcida do mesmo, baseada em conhecimento, no dimensionamento de recursos e na comunicação por mídias ideais.

Estendendo estes conceitos para o âmbito da gestão de uma cooperativa habitacional, que busca resolver da melhor maneira os problemas relativos à sua dinâmica, mesmo sem ter uma gestão de informações estruturada, faz-se necessário aproximar desses conceitos, o entendimento acerca do movimento cooperativista.

2.4 Cooperativismo

Com base no Sindicato e Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul (OCERGS)* o cooperativismo remonta à Antiguidade, quando, na Babilônia, já se arrendava terra para exploração conjunta com o objetivo de prover a sociedade de gêneros alimentícios. O cooperativismo moderno, na forma como o conhecemos hoje, surgiu na Europa, no ano de 1844, quando em meio à Revolução Industrial 28 (vinte e oito) tecelões se organizaram e criaram uma cooperativa de consumo. A organização era regida por princípios próprios, balizadas por valores do ser humano e, na democracia, como solução dos problemas.

*Documento Eletrônico: Disponível em < <http://www.ocergs.coop.br/home> > Acesso em: 13 out 2013.

O cooperativismo é uma doutrina socioeconômica, fundamentada na liberdade humana e nos seus princípios que se orientam para o resultado econômico, o desenvolvimento social através da melhoria da qualidade de vida e da boa convivência entre seus cooperados. A cultura cooperativista visa a desenvolver a capacidade intelectual das pessoas de forma criativa, inteligente, justa e harmônica, procurando a sua melhoria contínua.

2.4.1 Cooperativas

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) traz a seguinte descrição de cooperativa:

É uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer as aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida. (OCERGS)*

Ainda segundo a OCERGS, no Brasil, as primeiras experiências de cooperativismo surgem por meio das ações de padres jesuítas, no sul do país, no início do século XVII. Esses religiosos, utilizando-se da persuasão e movidos pelo princípio do auxílio mútuo, mutirão, que os índios brasileiros já praticavam, fundaram as reduções jesuíticas: comunidades solidárias, fundamentadas no trabalho coletivo com objetivo de promover o bem-estar dos membros da comunidade. A experiência cooperativista européia chegou ao País, através do Pe. Theodor Amstadt, em 1902, no Estado do Rio Grande do Sul, conhecedor da experiência alemã de cooperativismo, sendo as primeiras cooperativas de crédito e agrícolas a instalarem-se no sul do país.

A Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Em seu artigo 4º**, define o que é uma cooperativa e suas características:

“Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

*Documento Eletrônico: Disponível em< <http://www.ocergs.coop.br/home> > Acesso em: 13 out 2013.

**Documento Eletrônico: Disponível em< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm> Acesso em: 10 ago 2013.

- I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;
- III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;
- IV - inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;
- VI - quorum para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital;
- VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;
- VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;
- IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;
- X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;”
- XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.(BRASIL, 1971)

As cooperativas podem adotar qualquer objeto, tendo como fim a viabilização da atividade de seus associados, respeitando-se as limitações legais no sentido de não exercerem atividades ilícitas ou proibidas em lei. O ingresso nas cooperativas é livre a todos que desejarem utilizar os serviços prestados por ela, desde aderirem aos propósitos sociais e preencham as condições estabelecidas no estatuto da cooperativa conforme Lei federal nº 5.764, de 1971. Devem ser constituídas por no mínimo 20 pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoa jurídica que tenha por objetos as mesmas atividades econômicas das pessoas físicas, ou ainda aquelas sem fins lucrativos.

O cooperativismo brasileiro abrange 13 áreas econômicas: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte, turismo e goza de reconhecimento no cenário socioeconômico do País.

O cooperativismo nada mais é que a união de pessoas para resolver seus problemas de maneira que o mercado capitalista não afete tanto seus objetivos e desempenhos trabalhando conjuntamente desenvolve a todos, e isso é bom para o indivíduo associado e para toda a sociedade.

2.4.2 Cooperativas Habitacionais

As cooperativas habitacionais são cooperativas diferenciadas, criadas com um propósito único e temporário, um consórcio, com o objetivo de adquirir a casa própria. Portanto, tão logo esse objetivo seja atingido, sua liquidação é posta em prática. Em um país como o Brasil, cujo déficit habitacional é evidente, tais cooperativas são de suma importância social, pois, facilitam às famílias de baixa e média renda o acesso à casa própria.

De acordo com Castro Filho (2011), no Brasil, ao contrário das cooperativas agrícolas e de consumo, as cooperativas habitacionais surgiram no país em razão de motivação e intervenção estatal. Não se trata, portanto, de fenômeno marcado pela mobilização de parte da sociedade e, posteriormente, regulada pelo Estado, elas surgem para combater as sucessivas crises no setor da habitação. O poder público brasileiro vem, desde o final do século XIX aos dias atuais, atuando das mais diversas formas e com níveis diferenciados de alcance social, para sanar este problema.

As cooperativas habitacionais, segundo Castro Filho (2011), com a criação do Plano Nacional de Habitação, recebiam os recursos diretamente do BNH, sendo elas próprias responsáveis pela captação de associados, elaboração do projeto construtivo e orçamento das obras. Ocorre que, com vistas a tornar a equação financeira mais rentável para o BNH, esta entidade passou a dificultar, cada vez mais, o acesso ao crédito pelas cooperativas.

Apesar dos esforços do poder político, ainda para Castro Filho (2011), as dificuldades de se formar e manter uma cooperativa habitacional era inviabilizador, em 1991, em meio ao colapso gerado pela quase total suspensão, pela Caixa Econômica Federal de financiamentos surgiram, as Cooperativas Habitacionais Autofinanciadas. Elas são criadas em contrapartida à escassez de recursos e aos altos preços da moradia no mercado de incorporações, que se constituíam em obstáculo para a aquisição da casa própria pela população de menor renda. Assim, esse sistema cooperativado de produção e financiamento de moradia emergiu como solução para atender os excluídos dos mercados tradicionais e da provisão pública. Dados do Censo das Cooperativas Brasileiras de 1997, organizado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) demonstraram que apenas 7,62%

(sete, sessenta e dois por cento) das cooperativas habitacionais estabeleçam relações de parceria com o governo e instituições de financiamento.

Segundo Castro e Shimbo (2010), a proposta de autofinanciamento consiste na construção de imóveis, com a antecipação de recursos do próprio grupo de associados da intermediação financeira e custos operacionais e mediante um sistema solidário de caráter cooperativo. São abertas ao público em geral, mesmo que as organizações sindicais tenham desempenhado significativo papel na criação dessas cooperativas habitacionais, a partir da identificação das dificuldades que os trabalhadores de renda média e baixa tinham para aquisição da casa própria. Além das cooperativas classistas (não excluem a possibilidade de adesão de sócios que não pertençam à categoria) e das abertas ao público em geral, há também cooperativas criadas e geridas por empresas de assessoria técnica.

De acordo com as autoras Castro e Shimbo (2010), neste contexto as cooperativas habitacionais autofinanciadas desenvolveram-se, nos anos 90, expandindo-se por todo o país como uma das formas de produção de moradia amenizando o problema habitacional brasileiro para um determinado segmento social.

Em Porto Alegre, segundo DEMHAB (1996), o surgimento das cooperativas habitacionais durante os anos 90 vinculou-se ao processo do Orçamento Participativo (OP), implementado naquela época. No ano de 1993, o Departamento de Habitação (DEMHAB) contou com uma equipe para tratar sobre o cooperativismo, responsável pelo acompanhamento da formação e do desenvolvimento das cooperativas o Departamento de Fomento ao Cooperativismo Habitacional Autogestionário (DCOOP). Nesta época, o Programa de Cooperativas foi oficialmente incluído na Política Habitacional do Município, embora este programa não fosse prioritário para aquela gestão municipal. Mesmo assim, as cooperativas habitacionais mobilizavam muitas pessoas e entidades, contando com um considerável grau de organização.

Segundo Vieira *et al.* (2003), os melhores exemplos de cooperativas Habitacionais são os que foram patrocinados por prefeituras sensíveis ao problema que é o caso das experiências apoiadas pela Prefeitura de Porto Alegre com o DCOOP e os municípios do Rio Grande do Sul que recebem auxílio da Secretaria Especial de Habitação (SEHAB) que desenvolve no estado o Programa Estadual de Incentivo às Cooperativas Habitacionais Autogestionárias (PROCOOP) que trabalha

com diversas cooperativas, inclusive em sistema de mutirão. Dentro desse programa, cooperativas habitacionais podem pleitear apoio financeiro para a consecução de seus propósitos. Os recursos podem chegar a 50% do investimento total, demandado pelo empreendimento e servem tanto a aquisição do terreno quanto a serviços de infraestrutura, desde que a cooperativa arque com a contrapartida de 50% do recurso.

Embora, maior parte das cooperativas do Rio Grande do Sul não são autofinanciadas, percebe-se que experiências como estas podem representar uma importante forma de aplicar os recursos públicos em prol da diminuição do déficit habitacional e do benefício às populações de baixa renda.

Segundo Oliveira (1996), as cooperativas apresentam grande potencial e possibilidade de se transformarem em instrumento de mudança política, econômica e social, na medida em que valorizam e emancipam o cidadão, principalmente o mais excluído, como as pessoas de baixa renda que não tiveram oportunidade de adquirir sua casa própria. Assim, podemos verificar que a construção da cidadania está ligada à construção de uma vida melhor, com mais qualidade e quanto mais informações o cidadão possuir mais fácil será de cumprir suas funções na sociedade.

3 METODOLOGIA

O uso de metodologia científica é condição fundamental para a construção do saber Demo (1995) nos dá o significado do termo metodologia como sendo um estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência tanto a capacidade de conhecer como de intervir na realidade.

Para Marconi e Lakatos (1995, p. 41), “[...] o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar os objetivos, traçando o caminho, detectando erros e auxiliando nas tomadas de decisões.”

3.1 Abordagem da Pesquisa

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa, pois o método de coleta é qualitativo. A abordagem qualitativa entende que a realidade é subjetiva e múltipla, que ela é construída de modo diferente por cada pessoa. Assim, o pesquisador deve interagir com o objeto e sujeito pesquisado, a fim de dar vozes a eles para construir uma teia de significados.

Segundo Haguette (1995, p. 63), a abordagem qualitativa:

Fornecer uma compressão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social face a configuração das estruturas sociais, seja a incapacidade da estatística de dar conta dos fenômenos complexos e dos fenômenos únicos.

Na abordagem qualitativa, o pesquisador poderá adotar uma multiplicidade de métodos para assegurar a compreensão em profundidade do fenômeno.

Segundo os objetivos, esta pesquisa é do tipo exploratória que, segundo Gil (2006, p. 43), são:

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

Ao familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado que é o fluxo de informação na gestão de uma cooperativa habitacional. Trata-se também de uma pesquisa descritiva, por tratar de descrever as características de um determinado problema ou o comportamento dos fatos ou de fenômenos e pode ser

utilizada como parâmetro para outras de gênero semelhante que venham a ser realizadas futuramente.

A pesquisa assume a forma de um estudo de caso, Ponte (2006) considera o Estudo de Caso uma investigação particularista, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspectos, procurando descobrir a que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de certo fenômeno de interesse. Contrariamente à metodologia experimental, em que se manipulam variáveis por forma a chegar-se ao seu significado causal, num estudo de caso o investigador observa as características de um indivíduo ou grupo de modo a compreender e explicar os vários fenômenos que, num contexto caracterizam a unidade, o caso.

3.2 Instrumento de Pesquisa

O estudo de caso permite a utilização de várias formas de coleta de dados, e para essa pesquisa optou-se por utilizar entrevistas, que responderiam bem aos objetivos de identificar o fluxo informacional na Coordenação da Cooperativa e análise documental, para verificar a participação dos sócios em assembleias da Cooperativa, analisando atas, verificando a presença ou não destes.

A entrevista foi realizada com todos os participantes da coordenação da cooperativa exceto uma associada ligada ao Conselho Educacional, não moradora que informou não ter informações sobre o trabalho por ser uma integrante inativa, que não participa das decisões da Cooperativa.

As entrevistas seguiram um roteiro semi-estruturado para manter o foco da pesquisa, e foram gravadas por um mini gravador de voz digital e posteriormente transcritas. Estas entrevistas foram feitas mediante autorização por escrito dos entrevistados. O termo de livre consentimento encontra-se em apêndice (Apêndice A) neste estudo, bem como o roteiro de perguntas (Apêndice B).

A Coordenação da Cooperativa é formada por vinte sócios divididos em quatro Conselhos: Administrativo, Obras, Fiscal, e Conselho Educacional. Sendo seis sócios no Conselho Administrativo, ordenados em: coordenador; vice coordenador; tesoureiro; vice tesoureiro; secretária e vice secretária. No Conselho de Obras e Educacional são quatro sócios sem distinção de cargos. O Conselho Fiscal é

formado por três sócios titulares e três sócios suplentes, sendo seu mandato de um ano enquanto os outros Conselhos o mandato é de dois anos. (ver ANEXO). As entrevistas foram feitas em dias e horários diferentes, pois a pesquisadora não conseguiu apenas seus endereços com o coordenador da Cooperativa, tendo que voltar várias vezes nos endereços para localizar os entrevistados.

A análise das Atas restringiu-se a uma amostragem de uma ata por ano a partir do ano de 2010, pois foi fornecida pela coordenação uma ata por ano e alguns anos devido a problemas nas gestões anteriores as atas se perderam. E avaliando as informações contidas, estas quatro atas podem demonstrar como as informações são repassadas nas assembleias da COOHALPI.

A análise dos dados obtidos pelas entrevistas para criar o fluxo informacional da cooperativa através do Modelo Social de Ciclo informacional de Le Coadic (1996) foi feito através de quadros com a categorização dos conteúdos identificados nas entrevistas e as inferências feitas pela pesquisadora que buscou identificar as etapas de produção, transmissão e uso da informação, através da Análise de Conteúdo.

Bardin (1977, p. 42) conceitua a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Para uma aplicabilidade coerente do método, de acordo com os pressupostos de uma interpretação das mensagens e dos enunciados, a Análise de Conteúdo deve ter como ponto de partida uma organização. As diferentes fases da análise de conteúdo organizam-se em torno de três pólos, conforme Bardin: 1. A pré-análise; 2. A exploração do material; 3. O tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação (1977, p.121).

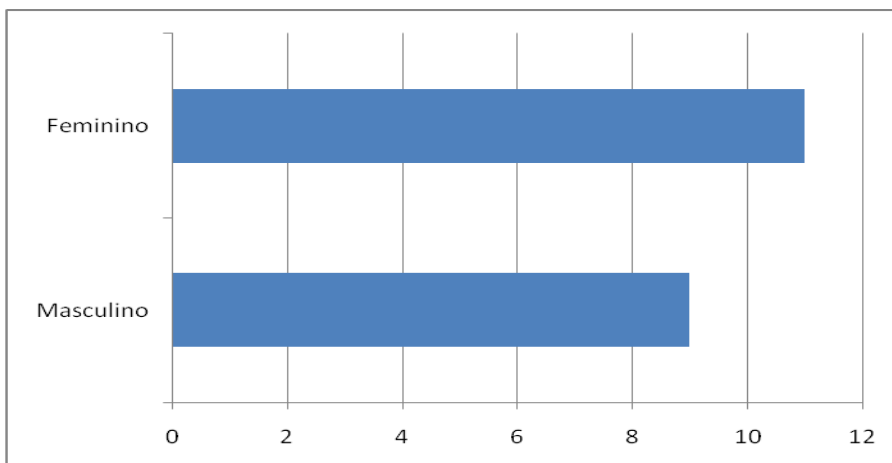
A partir destes pólos as informações obtidas na pesquisa foram analisadas utilizando a técnica de análise categorial, vendo que a análise léxica analisa as unidades de vocabulário relacionados ao objeto da pesquisa o que dificultaria nas inferências já que a análise categorial responde melhor aos objetivos quando se faz um desdobramento do discurso em categorias que orientam e delimitam a dimensão da investigação, facilitando as inferências.

Para Bardin (1977) a análise de conteúdo trabalha a palavra, a prática da língua realizada por emissores identificáveis, levando em consideração os significados, a busca de outras realidades através das mensagens. Os dados são obtidos de maneira qualitativa, fazendo um agrupamento quantitativo, que são analisados de maneira qualitativa.

3.3 Análise das Entrevistas

A partir das entrevistas foi possível primeiramente descrever um perfil dos coordenadores com dados pessoais que são descritos a seguir:

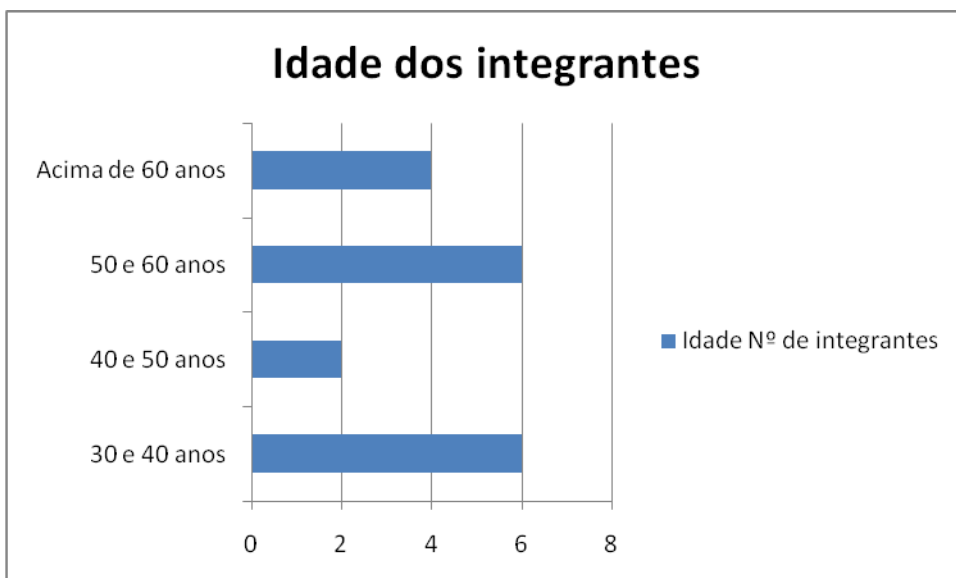
Os gráficos abaixo demonstram os dados pessoais informados na entrevista. Em relação ao sexo dos coordenadores, vemos no gráfico, a seguir:



Fonte: Dados da pesquisa.

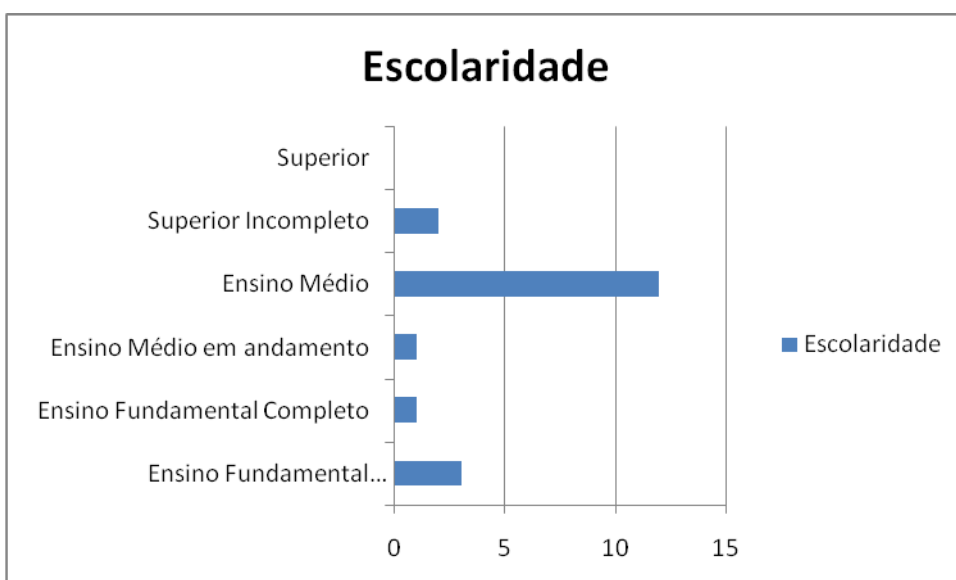
Neste gráfico podemos verificar que o número de mulheres atuando na coordenação é minimamente superior aos de homens, sendo duas a mais, pois uma integrante não respondeu a pesquisa.

No que diz respeito à idade dos coordenadores fica empatado as pessoas entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos e pessoas entre 50 (cinquenta) e 60 (sessenta) anos, mas há um equilíbrio com pessoas mais jovens trabalhando com pessoas mais experientes, embora a pesquisa mostrasse que os mais jovens não participam tão ativamente dos trabalhos como as com mais idade, alegando falta de tempo para se dedicarem as atividades da cooperativa.



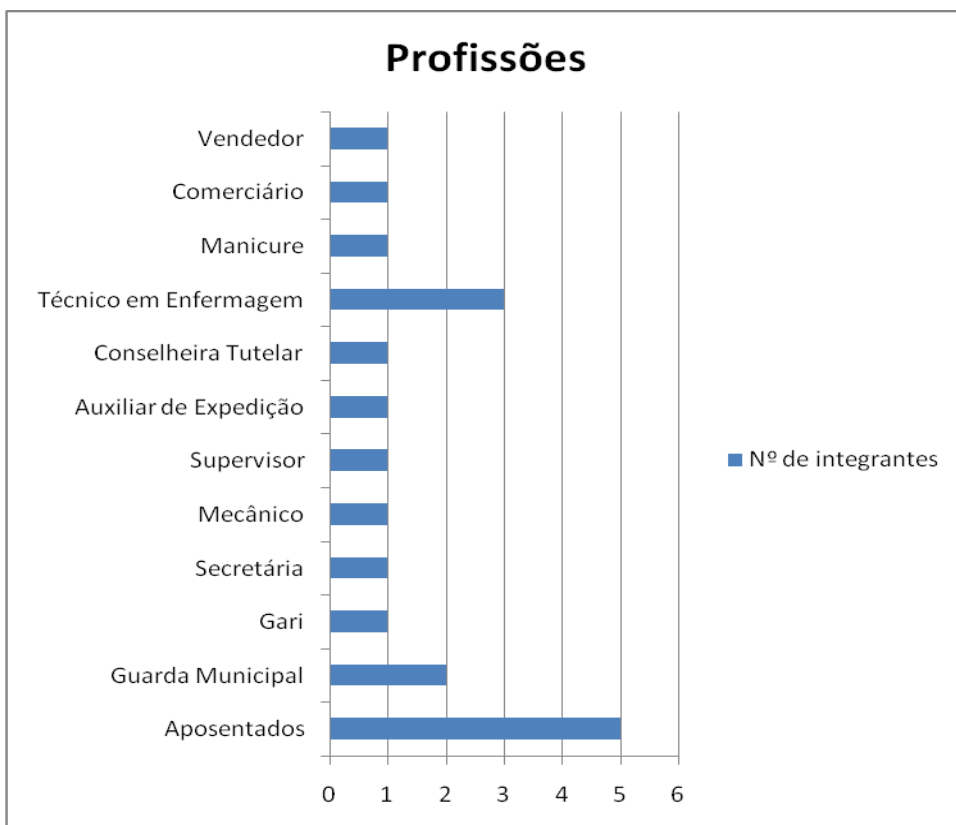
Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação à escolaridade dos coordenadores da Cooperativa, podemos visualizar, através do próximo quadro que a grande maioria possui Ensino Médio, alguns com completaram seus estudos através do Ensino Técnico, outros estudaram até a quarta série e, um voltou a estudar e vai completar o Ensino Médio através do Ensino de Jovens e Adultos (EJA). Os entrevistados que indicaram a escolaridade Superior Incompleto, um que trancou a faculdade por motivos pessoais e outro que está cursando o Curso de Enfermagem, está em andamento.



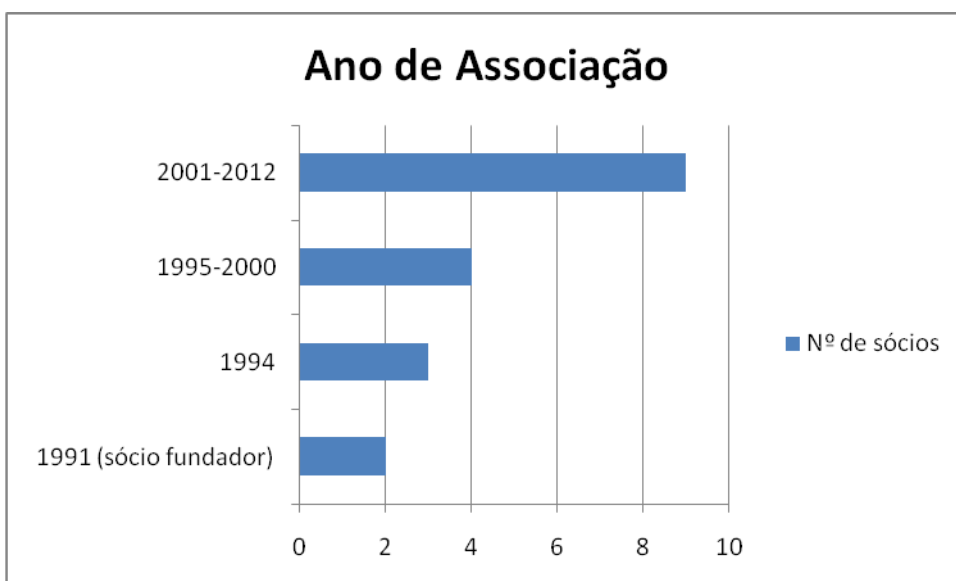
Fonte: Dados da pesquisa.

As profissões dos coordenadores da COOHALPI são descritas no gráfico a seguir:



Fonte: Dados da pesquisa.

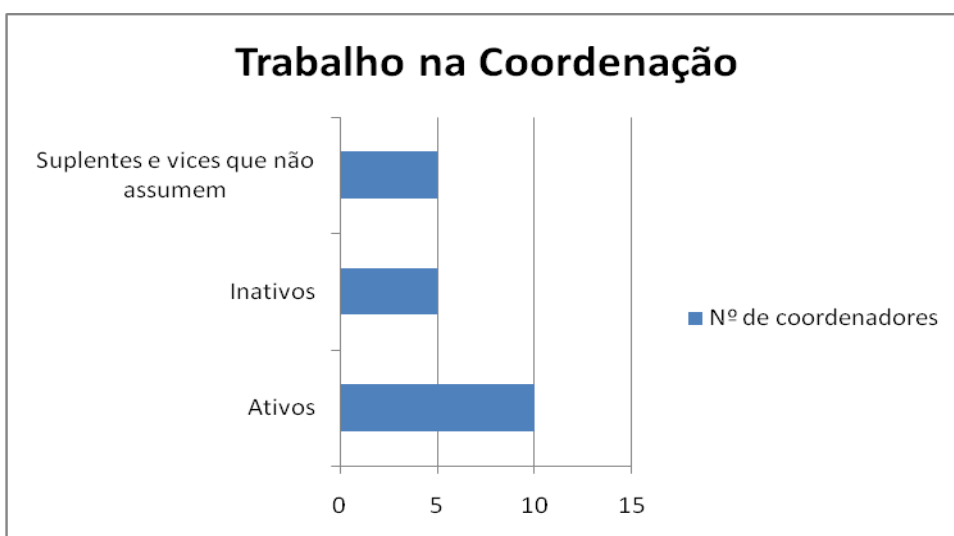
A COOHALPI foi criada pela Guarda Municipal de Porto Alegre, porem aberta para funcionários públicos tanto municipais quanto estaduais, e pessoas indicadas e aceitas pela coordenação, e muitos terrenos foram vendidos depois para outras pessoas com outras profissões, sempre com a aprovação da Coordenação da Cooperativa, assim o gráfico acima demonstra a variedade de profissionais. Assim o gráfico abaixo mostra o ano de associação a COOHALPI.



Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados obtidos pela pergunta de número um (Como se tornou integrante da coordenação da cooperativa?) verificou-se que todos os coordenadores dos Conselhos Administrativo, Obras e Educacional exceto o coordenador da Cooperativa ingressaram na coordenação via convite. A partir disso notamos que o coordenador é responsável pelo convencimento dos sócios a participarem da chapa que concorreu nas eleições e, como a cada dois anos é feita uma eleição com a mudança de 1/3 (um terço) dos coordenadores, e a grande maioria dos associados não participam sequer das assembléias, fica mais difícil ainda participarem da coordenação de forma voluntária. Já o Conselho Fiscal as eleições são feitas a cada ano e também há a necessidade de troca dos integrantes, estes assumem o cargo por indicação de sócios em assembléia ou se colocam a disposição para o cargo e a eleição é feita na última assembléia do ano. Neste cargo não há tanta dificuldade de encontrar pessoas dispostas a assumir, pois os três titulares recebem salário por esse serviço.

A pergunta número dois (Qual sua função na cooperativa?) os Entrevistados mencionaram os cargos do conselho que assumiram e a pergunta de número três (Como é feito esse trabalho?) devido aos diversos cargos exercidos pelos entrevistados mostrou-se bastante variada, há apenas uma divisão entre os Entrevistados ativos, os inativos e os suplentes e vices que não assumem o cargo, aqui incluindo a integrante da coordenação que não participou da entrevista por ser inativa. Pois muitos apenas dão o nome para completar a chapa para a eleição, como já foi dito anteriormente, não é fácil encontrar quem esteja disposto a participar ativamente na coordenação.



Fonte: Dados da pesquisa.

Na pergunta de número quatro (Como são transmitidas as informações?) foram criadas categorias de respostas para demonstrar a como é feita a transmissão de informação na coordenação da cooperativa. Foram identificadas as formas de transmissão a seguir:

Reuniões da coordenação	Foram indicadas reuniões quinzenais ou mensais dos coordenadores para organizar serviços e resolver conflitos na cooperativa.
Assembléias	São nelas onde todas as informações que os associados precisam tomar conhecimento e decidir são repassadas.
Visita ao Escritório	Muitos associados e integrantes da coordenação visitam o escritório da Cooperativa, para tirarem dúvidas, com o coordenador e o tesoureiro.
Telefonemas	O telefone é usado entre os coordenadores para repassar informações recebidas dos associados e marcar reuniões.
Edital	Os editais, são correspondências enviadas a todos os associados, com assuntos que serão discutidos em uma próxima assembléia, juntamente com o convite para participar.
Correspondências	Avisos de cursos, eventos e outras atividades que ocorrerão na Cooperativa.

Quadro: Transmissão da Informação.

Assim é possível identificar que, as informações estão disponíveis e são transmitidas por vários meios, a coordenação está aberta para responder sobre dúvidas e curiosidades, os coordenadores ativos realmente se esforçam para se manterem informados para realizarem bem as suas atividades, embora de maneira muitas vezes limitada, em função do tempo e da escolaridade. Também há disponível para formação dos coordenadores cursos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul (SESCOOP/RS), entidade ligada a OCERGS, porém o que foi indicado pelos coordenadores é que apenas alguns participaram de cursos, sendo já há bastante tempo, e a maioria não participou de nenhuma formação para atuar em cargo de coordenação na cooperativa.

Na questão sobre os tipos de informação, ficaram vagas as respostas por mais que a pesquisadora tenha tentado explicar o que é informação e dado exemplos possíveis, as respostas ficaram divididas como no quadro a seguir:

Todas	Nesta resposta, as informações ficaram apenas ligadas ao que acontece na cooperativa.
Nenhuma	Demonstrando que não atuam nos respectivos cargos e não recebem informação alguma sobre a administração da cooperativa.
As que me passam	Os coordenadores se colocam em posição de apenas recebedores de informações e não produtores.
Sobre as bem feitorias	Neste caso, quando os coordenadores apenas são informados do que é feito na Cooperativa.
Sobre as obras	Esta resposta foi dada pelos conselheiros de obras, onde o assunto primordial é o processo de construção de bem feitorias na Cooperativa.
Financeiras	Esse tipo de informação é usada pelo coordenador, tesoureiro, secretária e conselho fiscal, que trabalham com as finanças da cooperativa.

Quadro: Tipos de Informação.

Decorrente destes dados inferiu-se que, apesar de não ser pensada conscientemente a informação que circula na cooperativa está intimamente ligada ao cargo da coordenação e as atividades realizadas por estes, os dados coletados não deram conta por se tratar de informações realizadas para o trabalho, de outros conhecimentos tácitos que os entrevistados pudessem usar na realização de suas atividades.

Na questão das fontes utilizadas (Quais as fontes de informações são buscadas para fazer o seu trabalho?) as respostas se dividiram em:

Estatuto	É o documento que regulariza todas as atividades da Cooperativa.
Livro Caixa e Notas	Controle financeiro.
Coordenador	O atual coordenador trabalha há bastante tempo na coordenação, possuindo grande conhecimento tanto do estatuto, quanto das atividades realizadas na cooperativa.
Outros sócios	Quando há alguma sugestão a ser feita, um conflito a ser resolvido são os sócios que trazem demandas para a coordenação.
Outras organizações	São outras cooperativas com trabalhos de cooperação, entidades e empresas onde são solicitadas orçamentos para prestação de serviços, basicamente.

Quadro: Fontes utilizadas pela coordenação da COOHALPI.

A fonte de informações mais utilizada pelos coordenadores, vistos através dos dados coletados, a grande maioria busca informações com o coordenador, antes

mesmo de buscar saber no Estatuto, ou outra fonte, por ele estar sempre disponível e responder de maneira mais rápida e eficiente a questões sobre a Cooperativa.

A pergunta 7 (sete) é (Que tipo de documentos são produzidos?) foi verificado se produz documentos ou não também.

Produzidas.	Conselho Administrativo
Não produzidas	Os outros conselhos não produzem

Quadro: Produção de documentos.

E que tipos de documentos são produzidos.

Atas
Boletos
Livro Caixa
Espelho de balancetes
Relatórios

Quadro: Tipos de documentos produzidos

Nesta questão podemos verificar que apenas o Conselho Administrativo é responsável pela produção de documentos da COOHALPI, e cabendo ao Conselho Fiscal, analisar e fiscalizar estes documentos, principalmente os financeiros. Os Conselhos de Obra e Educacional não produzem nenhum documento sobre suas atividades, assim podemos notar que a questão de documentação na COOHALPI poderia ser esquematizada para que todos pudessem produzir seus próprios relatórios a fim de se criar um banco de dados para futuras consultas, e o que facilitaria em muito na dinamização dos trabalhos e na troca dos integrantes da coordenação.

A questão de número 8 (oito), (Como são transmitidas para os cooperados estas informações) todos os entrevistados responderam que são nas assembleias, onde ocorre a transmissão para os associados às decisões tomadas pela coordenação, pois grande parte devem ser votadas e aprovadas, como rege o Estatuto. Os editais também foram citados como forma de transmitir informações aos associados. Quando a informação a ser repassada é de cunho particular, é mandada uma correspondência unicamente para o sócio envolvido.

A questão de número 9 (nove) e última formulada para a entrevista, pergunta o que o entrevistado pensa do trabalho em cooperativa, e de morar em uma cooperativa habitacional. Esta pergunta trouxe dados muito interessantes, pois como a COOHALPI já passou por maus e bons momentos, e os moradores mais antigos mencionam como o exemplo a seguir. “Agora está melhor o cooperativado, antes

quando entrei era bem difícil, essa parte de presidência não era clara, agora é bem tranqüilo, bem aberto, sempre que alguém precisa é explicado tudo e está sempre se trabalhando para melhorar ainda mais...” Outra questão mencionada é da união e da dos associados para que a cooperativa existisse, como no exemplo a seguir, “No meu ponto de vista a união faz a força. A nossa cooperativa deslanchou mais ligeiro foi por causa da união. A Cooperativa é um meio de conseguir nossos objetivos.”

Nesta questão nove muitos mencionaram a responsabilidade da coordenação em fazer um trabalho bem feito, e responder questionamentos dos outros associados como os exemplos “Pelo que eu vi aqui dá certo, quando a gente pega algumas pessoas com habilidades e vontade de tocar o serviço, administrar esse dinheiro que é dos sócios, que não é nosso e aplicar bem, naquilo que realmente se necessita para esta comunidade.” Ou no seguinte exemplo “Muito positivo, porque se algum outro cooperativado, até na rua quando nos encontram, a gente tem respaldo para passar para ele as informações sobre a cooperativa”.

Apareceu também resposta negativa em respeito ao convívio na Cooperativa, como neste exemplo “A nossa é a mais organizada de Porto Alegre e ainda deixa muito a desejar, porque as pessoas acham que contribuem com uma verba (taxa administrativa) e não é preciso fazer mais nada, tem a frente de sua calçada suja, não varre, a gente tem que contratar alguém e tirar dinheiro de outras coisas que poderia fazer. As pessoas não sabem viver em cooperativa, colaborando para o bem de todos”. Mas também foi demonstrada a vontade de fazer mais, de participar mais dos trabalhos na cooperativa, como no próximo exemplo, “Eu gosto, até queria ajudar mais, vou procurar me interar mais, ficar mais por dentro...”

A partir desses exemplos podemos inferir que a maioria é feliz em morar em uma cooperativa habitacional, e por mais problemas que possa existir, querem trabalhar de maneira cada vez mais eficiente para que melhore para todos os sócios. Pena que a participação nas assembleias e na coordenação é pequena em relação ao número de moradores, pois a cidadania é alcançada de forma demonstrada dentro da própria COOALPI, quando os sócios se uniram e foram juntos atrás de seus direitos.

4.2 Análise das Atas

Os documentos são registros escritos que segundo Oliveira (2007), proporcionam informações em prol da compreensão dos fatos e relações, os quais,

possibilitam conhecer o período histórico e social das ações e reconstruir os fatos e seus antecedentes, pois se constituem em manifestações registradas de aspectos da vida social de determinado grupo.

A análise documental segundo Moreira (2005), deve extrair um reflexo objetivo da fonte original, permitir a localização, identificação, organização e avaliação das informações contidas no documento, além da contextualização dos fatos em determinados momentos.

A ata é um registro resumido e claro de fatos, ocorrências, resoluções e decisões de assembléias numa sessão de corpo deliberativo ou consultivo, conselhos, congregações, ou outras entidades semelhantes, de pessoas reunidas para determinado fim. É um documento de valor jurídico, por essa razão, deve ser lavrada de tal maneira que não possam introduzir modificações posteriores, é possível fazer o registro das atas no Cartório de Títulos e Documentos. Não se fazem parágrafos ou alíneas, para evitar que, nos espaços em branco, se façam acréscimos. Não se admitem rasuras, para ressaltar erro constatado durante a redação, usa-se a palavra “digo”, depois da qual se repete a palavra ou expressão anterior ao mesmo erro.

Para analisar as Atas das assembléias ordinárias gerais realizadas na COOHALPI, assim com as entrevistas foi utilizado a técnica de análise de conteúdo categorizando as informações contidas nos documentos, e assim fazer as inferências necessárias para a verificação dos fluxos informacionais na COOLHAPI.

Como as assembléias são marcadas quando há assuntos para serem debatidos e votados pela cooperativa, não há regularidade de períodos de realização, a primeira Ata de 2010, foi realizada no mês de julho, de 2011 em março deste ano, 2012 em dezembro e 2013 foi realizado uma assembléia em abril.

A primeira análise a ser feita é a participação dos associados nas assembléias, estas são realizadas sempre em sábado à tarde para facilitar a presença de maior número de associados, mas mesmo assim, menos da metade dos associados participam assiduamente nas assembléias. Que são realizadas em três chamadas: a primeira ao meio-dia; a segunda à 13 (treze horas) e a terceira às 14 (quatorze horas) tendo quorum suficiente apenas na terceira chamada. Pode-se verificar no seguinte quadro o número de sócios participantes nas amostras escolhidas.

Ano	Número de Pessoas
2010	28
2011	31
2012	53
2013	57

Quadro: Número de Participantes
Fonte: Atas COOHALPI

Apesar de haver um pequeno aumento de participantes nestes dois últimos anos, percebe-se que a grande maioria dos associados não participa das decisões tomadas pela cooperativa, mesmo com todos recebendo os editais com a data, horários e assuntos a serem tratados com bastante antecedência. E também foi tomada uma decisão de cobrar uma pequena multa para quem não participa, mesmo assim não aumentou em muito o número de participantes. Quem não participa das assembleias deve acatar as decisões tomadas pelos associados que participam das votações, e deixam de exercer sua cidadania num âmbito local, aberto onde apesar da coordenação representar de toda a cooperativa, as decisões são tomadas por todos.

Ano	Assuntos Tratados					
2010	Leitura e deliberação da Ata anterior	Substituição do conselho administrativo (tesoureiro)	Aprovação dos Regimentos Internos	Aprovação dos recursos para as calçadas	Aprovação dos recursos para o projeto e execução da praça 3780	Assuntos Gerais
2011	Leitura e deliberação da Ata anterior	Eleição dos Conselhos de Obras, Educacional e Fiscal	Prestação de contas do ano de 2010	Aprovação da alteração do orçamento das obras da rua 3769	Assuntos gerais	—
2012	Leitura e deliberação da Ata anterior	Eleição do Conselho Administrativo	Declaração da chapa vencedora	Assuntos gerais	—	—
2013	Leitura e deliberação da Ata anterior	Prestação de contas do ano de 2012	Eleição do conselho fiscal	Apreciação e deliberação dos orçamentos dos projetos da Praça 3780	Assuntos gerais	—

Quadro: Assuntos tratados
Fonte: Atas COOHALPI

No quadro acima, está representado os assuntos das assembleias que serviram de amostra para este trabalho, na primeira parte é sempre aprovada a ata da assembleia anterior, seguindo por assuntos trazidos pela coordenação, que

precisão serem discutidos e aprovados pelos associados e, a última parte de assuntos gerais ficando aberta para os associados presentes possam trazer sugestões, reclamações que não foram tratados nos assuntos anteriores. Na parte da assembléia reservada para os assuntos gerais, temas como segurança, limpeza das ruas e das áreas verdes, informações sobre cursos, são as mais freqüentes.

Verificando a forma que as informações são geradas, transmitidas e usadas no COOHALPI, verificando as relações dos conselhos entre si e os associados, foi notado por exemplo que cada conselho troca informação com o conselho administrativo, porem não há relação entre os conselhos de obra, educacional e fiscal, o Conselho Administrativo troca informações com todos, esta forma esta representada na figura a seguir:

FLUXOS INFORMACIONAIS NA COORDENAÇÃO DA COOHALPI

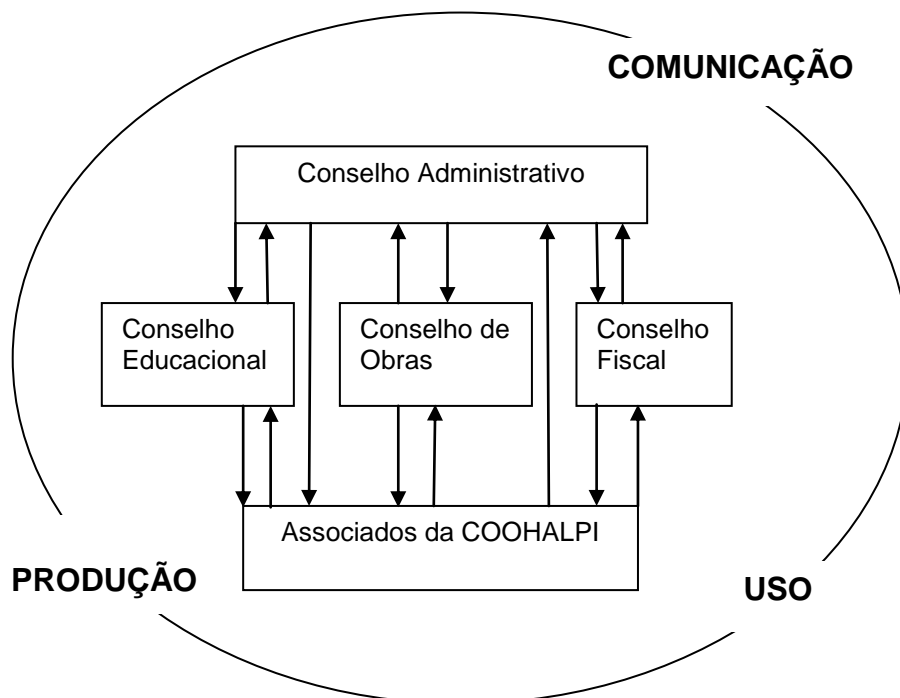


Figura : Ciclos e Fluxos Informacionais na COOHALPI

Nesta figura é possível visualizar a falta de comunicação entre os conselhos, exceto o conselho administrativo, que coordena todas as atividades, seria interessante criar elos de comunicação de informações diretas entre os

coordenadores conselheiros para que todos tenham conhecimento dos projetos de cada conselho está trabalhando para a Cooperativa, podendo assim aumentar a participação dos integrantes da coordenação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa do tipo exploratória se constitui em um recorte do processo administrativo de uma cooperativa habitacional, que já passou por diversas fases e hoje é um modelo de sucesso na cidade de Porto Alegre. O objetivo geral foi verificar, a partir do Modelo Social do Ciclo da Informação, definido por Le Coadic (1996), como são produzidas, transmitidas e utilizadas as informações pelos membros da Coordenação da Cooperativa Habitacional Alpes do Pinheiro (COOHALPI), localizada em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no Bairro Lomba do Pinheiro, a fim de identificar o fluxo informacional na Coordenação e como estas informações estão concorrendo para a construção da cidadania entre os associados da Cooperativa. Tais informações decorrem da dinâmica da organização da Cooperativa, segundo as leis que regem o Cooperativismo.

No caso da COOHALPI, os coordenadores são associados, que moram na Cooperativa, que trabalham para que esta cumpra seu dever maior, que é garantir que todos os seus associados possam escriturar seus terrenos. As informações em tela são produzidas, pela coordenação, em razão de metas estabelecidas pela Prefeitura e que são anteriores à criação da própria Cooperativa. E são transmitidas entre a Coordenação e aos associados por diversos meios, tais como: correspondências, assembleias, reuniões, estando à disposição, na sede da Cooperativa de quem delas precisar. O uso dessas informações centra-se na execução dos projetos de melhoria implementadas pela Cooperativa.

A cidadania se mostra, primeiramente por meio da participação do grupo de associados, que com muitos percalços, construíram suas moradias e hoje, através daqueles que continuam participando ativamente, contribuem para melhorar ainda mais a qualidade de vida da comunidade por meio de projetos que a Cooperativa apoia cuja iniciativa parte da comunidade e contempla parcerias, tanto institucionais, quanto privadas. Este apoio ocorre por meio da liberação de sua sede para a realização de cursos; eventos; atividades físicas. Em relação a estas últimas um grupo de mulheres da Cooperativa paga uma professora de Educação Física e utilizam o salão da sede duas vezes por semana. Este mesmo grupo também promove jantares para arrecadação de fundos para viagens de lazer. Está sendo realizado, neste momento, um curso de danças gauchescas, promovido por um grupo de casais de associados, utilizando o referido salão, uma vez por semana.

Este também é usado para a realização de festas familiares mediante aluguel para associados e pessoas externas.

A Cooperativa se empenhou na construção junto à sua sede de um telecentro, que foi instalado pela Prefeitura Municipal, mas que, atualmente, está desativado. Merece destaque ainda o projeto da Prefeitura Municipal para a construção de um posto de saúde em terreno doado pela COOHALPI, tendo em vista o atendimento, não só dos moradores da Cooperativa, mas de todo o entorno. Lamentavelmente, este projeto ainda não tem data para a sua implementação.

O grande desafio da COOHALPI, neste momento, é fazer com que mais associados percebam a importância de participar de sua comunidade para que ela continue a crescer e lhes possibilitar muitas outras oportunidades de convivência.

Neste sentido, a COOHALPI é um campo aberto para a aproximação da Universidade devido às possibilidades de colaboração mútua, o que permitirá uma positiva integração do campo acadêmico com as práticas sociais de comunidades específicas.

Assim, a realização deste estudo pode ser considerada uma contribuição para futuros mapeamentos de cooperativas semelhantes. Embora a COOHALPI tenha comprado seu terreno, muitas cooperativas tem surgido em locais de invasão, fato que evidencia os grandes problemas habitacionais ainda enfrentados pelo País. Apesar dos programas de governo, muitos cidadãos moram em locais sem infraestrutura e em casas sem condições de abrigar uma família.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A Ciência da Informação como Ciência Social. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.3, p.21-27, set./dez. 2003.

ARAÚJO, V.M.R.H.de. Informação: instrumento de dominação e de submissão. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 37-44, jan./jun., 1991. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1226>. Último acesso em 22 maio 2013.

BARBALET , J.M. **A Cidadania**. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70.1977. Disponível em: <http://www.slideshare.net/alasiasantos/analise-de-conteudo-laurence-bardin>. Último acesso em 24 jun 2013.

BARTOLOMÉ, Fernando. Comunicação Eficaz na Empresa: Como melhorar o fluxo de informações para tomar decisões corretas. In: **Harvard Business Review Book**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

BEAL, A. **Gestão estratégica da informação**. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **DOU**, Brasília, DF. 16 dez. 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm. Acesso em: 10 ago 2013.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Organizações como Fonte de Informação. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite. **Fontes de Informação para Pesquisadores e Profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. Cap. 2, p. 35-48.

CARRIZO SAINERO, Gloria. Las fuentes de la información. In: CARRIZO SAINERO, Gloria; SÁNCHEZ, Pillar Irureta-Goyena; QUINTANA SÁENZ, Eugenio López de. **Manual de Fuentes de Información**. Madrid: Confederación Española de Gremios y Asociaciones de Libreros, 1994. Cap. 1, p. 17-44.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CASTRO, Carolina Maria Pozzi de; SHIMBO, Lúcia Zanin. Das Cooperativas Autofinanciadas às Construtoras e Incorporadoras de Capital Aberto. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 12, n. 2, nov. 2010.

CASTRO FILHO, Hyltom Pinto de. Cooperativas de habitação no Brasil. Análise legislativa e jurisprudencial. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 16, n. 2957, 6 ago. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/19698>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

CHOO, Chun Wei. Como ficamos sabendo: um modelo de uso de informação. In:_____. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac, 2003. p.63-120.

CORDÓN GARCÍA, José António. Servicios de información y referencia. In ORERA, Luísa Orera (ed.). **Manual de biblioteconomia**: sínteses. Madrid: Editorial. 1998.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do Mundo**. Nova Petrópolis: Loyola, 2005.

DAVENPORT, T. H. **Ecologia da informação**. São Paulo: Futura, 1998.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 1995.

GERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 32.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo:Atlas, 2006.

GUTIÉRREZ, Mario Perez-Montoro. O conhecimento e sua gestão em organizações. In: TARAPANOFF, Kira. **Inteligência, informação e conhecimento em corporações**. Brasília: IBICIT, UNESCO, 2006.

HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

JAMIL, G. L. **Repensando a TI na empresa moderna**. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 2 a. ed., São Paulo, 1995.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Tradução de Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. 2. ed. Brasília: Brique de Lemos, 1996. 124p.

LESCA, H.; ALMEIDA, F. C. Administração estratégica da informação. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 66-75, jul./set. 1994.

MACHADO, M. C.; TOLEDO, N. N. **Gestão do processo de desenvolvimento de produtos**: uma abordagem baseada na criação de valor. São Paulo: Atlas, 2008.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1967

MARTELETO, Regina M . Cultura informacional:construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. . **Ciência da Informação**. v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/535>. Último acesso em 10 jun 2013.

McGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília: Brique de Lemos/Livros, 1999. 206p.

McGEE, J.; PRUSAK, L. **Gerenciamento estratégico da informação**: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como ferramenta estratégica. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MOREIRA, Sônia Virgínea. Análise Documental como Método e como Técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 269-279.

MCGEE, J.; PRUSAK, L. **Gerenciamento estratégico da informação**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MORIGI, V.J.; SEMENSATTO, Simone; BINOTTO, Sibila Francine Tengaten. Ciclo e fluxos informacionais em festas comunitárias. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.16, n.1, p.193-201, jan./jun. 2006

MORIGI, Valdir José; VANZ, Samile Andréa de Souza; GALDINO, Karina. **Cidadania, Novos Tempos, Novas Aprendizagens: novos profissionais? Em Questão**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 69-78, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/61/21>, Acesso em 04 out. 2013.

NONAKA, I. & TAKEUCHI, H.. **Criação do conhecimento na empresa**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

OCERGS. **Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://www.ocergs.coop.br/home>. Último acesso em 25 jun. 2013.

OLIVEIRA, Alfredo Almeida Pino de. **Análise documental do processo de capacitação dos multiplicadores do projeto “Nossas crianças: Janelas de oportunidades” no município de São Paulo à luz da Promoção da Saúde**. 2007. 210 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, D. P. R. de. **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Bruno Fernandes de. **Fluxos informacionais e necessidades de informação no processo de tomada de decisão na gestão de obras públicas: um estudo de caso na secretaria de estado de obras públicas do Paraná**. 98 f. Tese (Mestrado) Programa de Pós Graduação em Construção Civil, Departamento de Construção Civil, Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2009. Acesso em: <http://www.ppgcc.ufpr.br/dissertacoes/d0117.pdf> Último acesso: jul. 2013.

OLIVEIRA, T.C. **Cooperativas de trabalho: instruções para organização**. 2.ed. São Paulo: ICA, 1996.

PACHECO, Leila Maria Serafim. A informação enquanto artefato. **Informare**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.20-24, jan./jun. 1995.

PINHEIRO, L. V. R. P. Fontes ou recursos de informação: categorias e evolução conceitual. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**. Rio de Janeiro, v.1, n.1, 2006. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/viewFile/8809/4716> Acesso em: 20 out 2013.

PONTE, João Pedro. Estudos de caso em educação matemática. **Bolema**, v.19, n.25, 2006, Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/bolema/article/viewFile/1880/1657>. Último acesso em 21 jun. 2013.

PORTO ALEGRE. Departamento Municipal de Habitação. **Cooperativismo**: um importante instrumento de habitação. Porto Alegre: PMPA, 1996.

PORTO ALEGRE. Departamento Municipal de Habitação. **Cooperativismo e autogestão**. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p_secao=114. Acesso em 22 ago 2013.

REIS, Alcenir Soares. Retórica-ideologia-informação: questões pertinentes ao cientista da informação? **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.4, n.2, p.145-160, jul./dez. 1999. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/563>. Último acesso em 29 maio 2013.

SMIT, J. W.; BARRETO, A. A. Ciência da Informação: base conceitual para a formação do profissional. In: VALENTIM, M.L. (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. Cap.1. p. 9-23.

TARGINO, M. das G. **Olhares e fragmentos**: cotidiano da biblioteconomia e ciência da informação. EDUFPI, 2006.

TALAMO, M. F. G. M. A pesquisa: recepção da informação e produção do conhecimento. **DataGramZero**: revista de ciência da informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, abr. 2004. Disponível em: <http://www.dgzero.org>. Acesso em: 19 jun 2013.

TEIXEIRA, Maria do Rocio Fontoura. **Gestão do Conhecimento**: conceitos, princípios e procesos. 2011. [material de aula]

VALENTIM, M.L.P. Inteligência competitiva em organizações: dado, informação e conhecimento. **Ciência da Informação**. Brasília, v.3, n.4, ago. 2002.

VASCONCELOS, Flávio C. Da Gestão do Conhecimento à Gestão da Ignorância. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 41, n. 4, p. 98-102, out./dez, 2001.

VIEIRA, Naldeir dos Santos et al. Análise da importância das cooperativas habitacionais na construção de moradias para população de baixa renda do Brasil. **Scripta Nova**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, v.7, n. 146(098). [http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(098\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(098).htm)

VILLASEÑOR RODRIGUEZ, Isabel. Los instrumentos para la recuperación de la información: las fuentes. In: TORRES RAMÍREZ, Isabel de (Ed.). **Las fuentes de información: estudios teórico-prácticos**. Madrid: Síntesis, 1998. Cap. 2, p. 29-42.

APÊNDICE A – Termo de Livre Consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: FLUXO INFORMACIONAL NA COOPERATIVA HABITACIONAL ALPES DO PINHEIRO, PORTO ALEGRE – RS: UM ESTUDO DE CASO

Pesquisador(es) responsável(is): Cândida Mara Johann (autora), Valdir José Morigi (Orientador)

Instituição/Departamento: UFRGS. FABICO. DEPARTAMENTO DE CIENCIAS DA INFORMAÇÃO.

Telefone para contato pesquisador: 33192601/97924994

Telefone para contato Comitê de Ética na Pesquisa/UFRGS: 3308-4085/3308-3629

Prezado(a) Senhor(a):

Você está sendo convidado(a) a responder às perguntas desta pesquisa de forma totalmente **voluntária**. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder esta entrevista, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes de você se decidir a participar. Você tem o direito de **desistir** de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade.

Objetivo do estudo: Analisar o fluxo informacional na coordenação da Cooperativa Habitacional Alpes do Pinheiro – COOHALPI.

Procedimentos. Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas na resposta desta entrevista, respondendo às perguntas formuladas.

Benefícios. Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, sem benefício direto para você.

Riscos. A participação na pesquisa respondendo esta entrevista não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica para você.

Sigilo. As informações fornecidas por você serão confidenciais e de conhecimento apenas dos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

ASSINATURA PESQUISADOR:

ASSINATURA PESQUISADO:

APÊNDICE B – Roteiro de Perguntas para a entrevista

Idade:

Escolaridade:

Profissão:

Ano de ingresso na cooperativa:

- 1) Como se tornou integrante da coordenação da cooperativa?
- 2) Qual sua função na cooperativa?
- 3) Como é feito esse trabalho?
- 4) Como são transmitidas as informações entre os coordenadores?
- 5) Que tipo de informações são usadas?
- 6) Quais as fontes de informações são buscadas para fazer o seu trabalho?
- 7) Que tipo de documentos são produzidos?
- 8) Como são transmitidas para os cooperados estas informações?
- 9) O que você pensa do trabalho em cooperativa?

ANEXO – Estatuto Social da Cooperativa Habitacional Alpes do Pinheiro

Cooperativa Habitacional Alpes do Pinheiro Ltda.

ESTATUTO SOCIAL:

CAPÍTULO I DAS CARACTERÍSTICAS *

Art. 1º = Com a denominação de * Cooperativa Habitacional Alpes do Pinheiro Ltda. *, com a sigla * COOHALPI*, rege-se pelo presente Estatuto e pelas disposições legais em vigor, em especial pela Lei 5764/71 e os casos omissos neste Estatuto e Lei das Cooperativas serão resolvidos pela Legislação em vigor e princípios gerais de direito tendo:

- a) Sede, foro e administração na cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul;
- b) Área de ação, inclusive para admissão de sócios, no perímetro Metropolitana.
- c) Prazo de duração indeterminado e ano social coincidindo com o ano civil.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS SOCIAIS

Art. 2º = A Cooperativa poderá coligar-se á outras para formar Federações e com estas confederações.

Art. 3º = Esta é uma Cooperativa de produção de terrenos, constituídos em loteamento urbanizado, que tem como objetivo social à realização dos seguintes fins, com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus associados

- A) Planejar, manter e urbanizar os lotes, outorgando a seus associados o direito de construir suas habitações, e o direito não privativo dos bens de uso comum;
- B) Efetuar planos de urbanização nos espaços de uso comum, provendo-os dos equipamentos necessários
- C) Organizar serviços cooperativos, que satisfaçam as necessidades dos sócios, assim como contribuam no processo de dinamização do capital Cooperativo, apontando para melhoria do seu perfil sócio econômico;
- D) Fomentar a cultura em geral, enfatizando os princípios e valores do

Cooperativismo;

E) Propiciar condições para que os sócios possam construir suas habitações com baixo custo de produção e manutenção.

Parágrafo 1º- Considera-se uma habitação auto-sustentada, aquela que se caracteriza por otimizar as quatro fontes de energia natural (sol, vento, água e biológica) e integrar os três elementos do habitat construído (edificação, infraestrutura e paisagem) para maior conforto, produtividade e economia de produção e manutenção. A curto, médio e longo prazo.

Parágrafo 2º- Para atender o disposto da letra “a” deste artigo, os lotes serão entregues por tempo indeterminado até a quitação total, mediante contrato de subscrição de cotas partes;

Parágrafo 3º- O associado, no gozo de seus direitos sociais e adimplente, terá direito ao título de propriedade individual de seu lote após a quitação do mesmo, tendo, porém que continuar pagando as taxas administrativas no valor de 15 (quinze) cotas partes mensais, enquanto a Cooperativa estiver atuando nesta área, onde se localiza o Loteamento Alpes do Pinheiro.

Parágrafo 4º- Será de inteira responsabilidade do cooperativado a edificação de sua residência, sobre o lote que lhe foi destinado, cabendo a ele edificá-la, com seus próprios recursos financeiros, atento as exigências municipais

Art. 4º- Para cumprir com estes objetivos, a Cooperativa poderá realizar as seguintes operações:

- A) Exercer a função de agente promotor podendo adquirir terrenos e ou benfeitorias, equipamentos e materiais indispensáveis à execução de seus empreendimentos;
- B) Oportunizar ao associado à possibilidade de contribuir com seu próprio esforço para construção das obras, melhoramento e manutenção das habitações, podendo também, para isto, estabelecer contatos e ou convênio com terceiros;
- C) Realizar operações de financiamento externo, da forma mais conveniente para realização do empreendimento, caso necessário;
- D) Fomentar a criação de outras modalidades de cooperativas, que cubram as

diversas necessidades dos associados;

- E) Regulamentar o uso dos serviços comunitários;
- F) Efetuar quaisquer atividades indispensáveis na consecução dos fins, desde que não sejam incompatíveis com os princípios e valores cooperativistas;
- G) Organizar, contratar e manter todos os serviços administrativos, técnicos e sociais necessários ao alcance dos objetivos;
- H) Firmar contratos e convênios de prestação de serviços de pessoas físicas e ou jurídicas, quando inseridos no atendimento da programação estabelecida;
- I) Firmar registros individuais;
- J) No caso de haver lote desocupado, fica a cargo da Assembléia Geral a sua destinação, a ser operacionalizada pelo Conselho de Administração.

CAPITULO III DOS ASSOCIADOS

Art. 5º- O número de sócios será superior a 20 (vinte), sendo ilimitado quanto ao máximo, subordinado, entretanto, à capacidade técnica de prestação de serviços.

Art. 6º- Poderão associar-se Servidores Públicos Municipais, Estaduais, Federais, da iniciativa privada e autônomos, maiores de idade ou emancipados, no pleno gozo de seus direitos civis, com livre disposição de seus bens e identificados com o disposto neste Estatuto.

Parágrafo 1º- Também podem associar-se à Cooperativa, terceiros, desde que indicados por um sócio em dia com suas obrigações e aprovado pelo Conselho de Administrativo.

Parágrafo 2º- Terão livre ingresso na Cooperativa, mediante matrícula de dependente, seus respectivos cônjuges, ou companheiras(os), filhos maiores de 18 (dezoito) anos de idade ou a eles equiparados, e outros que integrem a unidade familiar.

Art. 7º- São condições para associação à Cooperativa:

- A) Possibilidade de contribuir mensalmente, para satisfazer as cotas da sociedade e poupança
- B) Possibilidade do sócio ou outro membro da família, contribuir com as horas de

trabalho exigidas para o bom andamento das obras;

C) Ser maior de 18 anos ou emancipado, nos termos da lei;

D) Possuir capacidade civil para contratar;

E) Não ter interesses contrários aos da Cooperativa, nem pertencer à outra de fins idênticos;

Parágrafo único - Os associados terão direito a uma única participação em cada Conselho, restringindo-se a 01(um) voto por matrícula principal nas Assembléias Gerais,

na ausência do titular, podendo ser representado pelo cônjuge.

Art. 8º- É necessário para o ingresso de associado:

A) Subscrever as cotas partes do capital social;

B) Ser aprovado pelo Conselho de Administração, consoante os termos e condições contidas neste Estatuto;

C) Assinar o livro de matrícula, adquirindo a qualidade de associado.

Art. 9º- São direitos do associado:

A) Direito de uso e gozo de seu lote (uma unidade por matrícula principal), e serviços a

Ele relacionados, bem como uso dos bens comuns de acordo com o que estabelece este Estatuto e o regimento interno;

B) Participar de todas as Assembléias e Reuniões que sejam convocadas podendo representar-se, no caso de impedimento, por qualquer pessoa inscrita no cadastro da respectiva associação;

C) Votar e ser votado para membro dos Conselhos ou outros órgãos da Cooperativa. Se tiver estabelecido relação empregatícia com a mesma, só adquirirá tais direitos após aprovação, por parte da Assembléia Geral, das contas de seu exercício mediante procuração escrita em forma simples de carta;

D) Propor aos Conselhos Diretivos ou as Assembléias Gerais medidas de interesse da Cooperativa;

E) Ter acesso a quaisquer informações sobre os negócios da Cooperativa, devendo o associado solicitá-lo por escrito;

F) Desfrutar e participar de todos os serviços e benefícios sociais da Cooperativa;

a. Convocar as Assembléias Gerais Extraordinárias, de acordo com as condições dispostas neste Estatuto e postular perante qualquer órgão;

G) Demitir-se quando assim lhe convier.

Parágrafo 1º- Cada associado terá direito apenas 01(um) voto, nos termos do parágrafo único do artigo 7º, qualquer que seja o número de suas cotas partes.

Parágrafo 2º- É vedada a acumulação de cargos eletivos.

Art. 10º- São obrigações do associado:

- A) Cumprir as disposições da Lei, do Estatuto, e respeitar as resoluções regularmente deliberadas pelas Assembléias Gerais;
- B) Subscrever e integralizar as cotas parte de capital nos termos deste Estatuto e contribuir com as taxas de serviços e encargos operacionais que forem estabelecidos;
- C) Zelar pelo patrimônio social e material da Cooperativa;
- D) Participar das Assembléias Gerais e demais reuniões da Cooperativa;
- E) Votar;
- F) Pagar sua parte nas perdas apuradas em balanço, na proporção das operações que houver realizado com a Cooperativa, se o fundo de reserva não for suficiente para cobri-las;
- G) Comprometer-se em contribuir com a quantidade de horas de trabalho, definidas em Assembléia Geral;
- H) Cumprir com dedicação os cargos que lhe incumbir.

Art. 11º- A perda de qualidade de associado se dará por:

- a) Demissão;
- b) Eliminação;
- c) Exclusão.

Art. 12º- A demissão do associado se dará unicamente a seu pedido, levando-se em consideração os seguintes requisitos:

- a) Averbação no livro de matrícula, com a data e assinatura do demissionário e dos representantes legais da Cooperativa;
- b) A demissão com argumentação correspondente, ao Conselho de Administração, que disporá de um prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para pronunciar-se a respeito, tendo em conta o interesse primordial da Cooperativa e enquanto for conciliável com o interesse do sócio. Transcorrido o prazo, sem decisão adotada, considera-se a demissão aceita.
- c) Pedido por escrito, com data e assinatura do próprio demissionário.

Art. 13º- Impedirá a aceitação da demissão a Cooperativa estar em estado de

cessação de pagamentos, sob intervenção, em dissolução ou em liquidação.

Art. 14º- A eliminação do associado será aplicada, por decisão do Conselho de Administração, em virtude da respectiva:

- A) Infração legal ou estatutária, regularmente apurada;
- B) Descumprimento das obrigações assumidas perante a Cooperativa, Assembléia Geral e decisões legais do Conselho de Administração, dentro de uma tolerância de 2 (dois) meses;
- C) Exercício de atividade considerada prejudicial à Cooperativa ou conflitante com seus objetivos.

Art. 15º- O associado eliminado deverá ser notificado pelo Conselho de Administração, através de carta com aviso de recepção, ou por qualquer outra forma que comprove seu recebimento, ou ainda, no caso de desconhecido seu paradeiro, por divulgação em publicação com circulação entre associados.

Parágrafo único= Os motivos que determinarem à eliminação deverão constar no livro de matrícula notificação assinada pelo Coordenador Administrativo.

Art. 16º- A eliminação será considerada efetiva se o associado não interpuser recurso na próxima Assembléia Geral, que será convocada pela administração.

Art. 17º- A exclusão do associado se dará por:

- a) Morte do próprio;
- b) Respectiva incapacidade civil não suprida;
- c) Dissolução da pessoa jurídica.

Parágrafo 1º.= A exclusão se tornará efetiva após ser adotados os procedimentos previstos para os casos de eliminação descritos nos artigos 15 e 16 deste Estatuto .

Parágrafo 2º= As cotas partes não podem servir de garantia, Penhor ou caução entre terceiros ou os próprios associados. Todavia, se integralizadas , podem servir de base às operações de crédito na própria sociedade, respondendo sempre como garantia das assumidas pelo associado. Perante a sociedade , por si, ou em favor de terceiros.

Art. 18º- A exclusão por morte acarretará a transferência dos direitos e obrigações patrimoniais do associado falecido, a seus herdeiros ou beneficiários legalmente habilitados.

Art. 19º- A responsabilidade do associado é limitada à subscrição do capital, respondendo o mesmo subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela

Cooperativa perante terceiros, até o limite do valor das cotas partes de capital que subscreveu e o montante das perdas que lhe caibam, na proporção das operações que houver realizado com a Cooperativa, perdurando esta responsabilidade até quando aprovados pela Assembléia Geral as contas do exercício em que se deu a retirada.

Parágrafo único- A responsabilidade do associado somente poderá ser invocada, depois de judicialmente exigida pela Cooperativa, e as obrigações oriundas de sua responsabilidade como associado, em face de terceiros, passam aos herdeiros, prescrevendo, porém, após um ano do dia da abertura da sucessão.

Art. 20º- O associado demitido, eliminado ou excluído, terá um prazo de 90 (noventa) dias para abandonar o lote respectivo, a contar da data de sua notificação ou averbação no livro de matrícula, sob pena de ser obrigado ao pagamento de valor a título de aluguel e demais despesas advindas da ocupação indevida, bem como custas e despesas judiciais, caso houver.

CAPÍTULO IV = DA ENTREGA DOS LOTES

Art. 21º- A entrega dos lotes será ao término das obras de infra-estrutura.

Parágrafo Único- Cada associado com matrícula principal terá direito a apenas um lote.

CAPÍTULO V = DOS RECURSOS ECONOMICOS

Art. 22º- São recursos econômicos da Cooperativa:

- A) Capital social;
- B) Recursos obtidos através de financiamentos;
- C) A poupança dos associados, conforme previsto em anteprojeto econômico;
- D) Doações e legados;
- E) Quaisquer outros recursos previstos em lei;
- F) Qualquer fonte de receita eventual.

Art. 23º- O capital da Cooperativa é indeterminado, ilimitado quanto ao máximo e variável de acordo com o número de associados e cotas partes, não podendo, entretanto, ser inferior à R\$27.160,00(vinte e sete mil cento e sessenta reais) para

20 (vinte) sócios. *Capital, é a cota parte, cujo valor histórico é de R\$1,00(um real) reajustada conforme IGPM ou outro índice que vier a substituí-lo.

Parágrafo 1º- A cota-parte é indivisível e intransferível a não associados, não podendo ser negociada de nenhum modo, nem dada em garantia.

Parágrafo 2º- Depois de integralizadas as cotas-partes poderão ser transferidas entre os associados devendo ser averbada no livro de matrículas mediante termo que conterà a assinatura do cedente, do cessionário e do Coordenador Administrativo.

Parágrafo 3º- Cada associado deve subscrever 6354 cotas-partes integralizadas no ato de associação ou de forma parcelada, conforme anteprojeto econômico estabelecido,

em moeda corrente nacional, bens ou serviços de interesse da Cooperativa. *

Parágrafo 4º- A subscrição, integralização ou restituição, será sempre escriturada no livro de matrícula.

Parágrafo 5º- O associado, no ato de receber o seu lote, deverá subscrever sua participação, limitado ao valor do imóvel, no caso da amortização do financiamento ser realizada pela Cooperativa.

Art. 24º- Para efeito de novas admissões de associados ou novas subscrições, a Assembléia Geral, com a aprovação de 2/3 (dois terços) dos associados presentes com direito a voto, atualizará o valor do capital social consoante proposição do Conselho de Administração, respeitados, se houverem, os índices de desvalorização da moeda.

Art. 25º- Sempre que houver perda da qualidade de associado, excetuando-se o inciso "a" do Art.17º, a Cooperativa efetuará devolução das respectivas cotas partes integralizadas ao ex-associado, descontando taxas de administração e perdas.

Parágrafo único- Ocorrendo demissões, eliminações ou exclusões de associados em número que a devolução da cota parte, possa afetar a estabilidade econômica financeira da

Cooperativa, esta poderá efetuar-la em prazo idêntico ao de sua realização, ou ainda iniciá-las após a quitação de compromissos que a impeçam de efetivar as devoluções.

Art. 26º- É vedado a Cooperativa distribuir qualquer espécie de benefício às cotas partes capital, ou estabelecer outras vantagens ou privilégios, financeiros ou não, em favor de quaisquer associados ou terceiros.

CAPÍTULO VI DOS ORGÃOS DIRETIVOS

Art. 27º- Os órgãos diretivos da Cooperativa serão:

- 1) Assembléia Geral;
- 2) Conselho Fiscal;
- 3) Conselho Geral
- 4) Conselho de Administração;
- 5) Conselho de Obras e Projetos;
- 6) Conselho Educação
- 7) Conselho Eleitoral.

Parágrafo único- Quando da fundação da Cooperativa, por um prazo provisório de 06 (seis) meses, serão empossados no mínimo o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, ficando a ratificação desses e a formação dos outros Conselhos postergados para o final deste período.

Art. 28º- O mandato dos membros dos diversos Conselhos Deliberativos, com exceção

do Conselho Fiscal, será de 02 (dois) anos, contados da data de sua posse, sendo obrigatória à cada eleição a renovação de no mínimo 1/3 (um terço) do Conselho de Administração, podendo qualquer um de seus Membros ser destituído, a qualquer tempo, por deliberação da Assembléia Geral.

Parágrafo Único= Os membros do conselho de Administração e fiscal não poderão ter entre si laços de parentesco até 3º grau seja em linha reta ou colateral.

Art. 29º- Perderão o cargo automaticamente os Conselheiros que, sem justificativa, faltarem a 03 (três) reuniões consecutivas ou 06 (seis) durante o ano.

CAPÍTULO VII DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

Art. 30º- A Assembléia Geral é órgão máximo da Cooperativa, dentro dos limites legais e estatutários, com poderes para decidir quaisquer negócios relativos à Cooperativa e as suas deliberações obrigam a todos associados, ainda que ausentes ou discordantes.

Parágrafo 1º- As Assembléias Gerais poderão ser Ordinárias ou Extraordinárias.

Parágrafo 2º- As Assembléias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 10(dez) dias, em primeira convocação, mediante editais afixados na Sede da Cooperativa e

ou por intermédio de circulares aos associados. Deverão constar data, local, horário, número de sócios e Ordem do Dia.

Art. 31º- O “Quorum” de instalação será o seguinte

- a) 2/3 (dois terços) do número de associados, em primeira convocação;.
- b) Metade mais um dos associados em segunda convocação;
- c) Mínimo de ¼ (um quarto) dos associados, nunca inferior a 10(dez) associados na terceira convocação.

Parágrafo 1º- Será observado o intervalo de 01(uma) hora entre cada convocação.

Parágrafo 2º- Extingue-se em quatro anos o prazo para anular qualquer decisão de assembléia ou ela própria.

Art. 32º- A convocação será feita pelo Conselho Administrativo, pelo Conselho Fiscal ou por solicitação de 10% (dez por cento) de seus associados em pleno gozo de seus direitos.

Parágrafo Único= No caso da convocação ser feita por associados, o edital será assinado , no mínimo pelos 05 primeiros signatários do documento que a solicitou.

Art. 33º- As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos associados presentes com direito a voto.

Art. 34º- Os associados presentes a Assembléia Geral deverão se identificar e assinar o livro de presença e só terão direito a voto depois de cumprida esta formalidade.

Parágrafo único- Não terá direito a votar e ser votado o associado:

- a) Em atraso com o pagamento de seus compromissos junto a Cooperativa;
- b) Que tenha sido admitido após a convocação da respectiva Assembléia.

Art. 35º- Os trabalhos das Assembléias gerais serão dirigidos pelo Coordenador Administrativo, salvo as que não forem por ele convocadas, cuja presidência caberá ao

associado escolhido na ocasião.

Parágrafo 1º- A mesa será composta no mínimo pelo Coordenador Administrativo e um secretário, indicado entre os associados.

Parágrafo 2º- O Coordenador Administrativo ou qualquer membro do Conselho de Administração, ou Conselho Fiscal, não poderá dirigir os trabalhos, quando a

Assembléia estiver deliberando sobre o relatório e as contas da Administração, sendo então substituído pelo associado que for designado pelo plenário.

Art. 36º- É da competência das Assembléias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias a destituição de qualquer membro de qualquer órgão diretivo, em face de causas que a justifique.

Parágrafo único- Ocorrendo à destituição que possa afetar a regularidade de trabalhos da Cooperativa, poderá a Assembléia designar substitutos provisórios até a posse dos novos, cuja eleição se fará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 37º- A Assembléia Geral Ordinária, que se reunirá até os 03 (três) meses seguintes após o término do exercício social, deliberará sobre os seguintes assuntos que deverão constar da Ordem do Dia:

A) Prestação de contas dos órgãos Administrativos, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:

1. Relatório da Gestão;
2. Balanço Geral;
3. Demonstrativo de sobras e perdas.

B) Eleição de conselheiros diretivos e definição sobre o número de integrantes;

C) Planificação das atividades da Cooperativa;

D) Estabelecimento de proposta de cotas mínimas de integralização do capital social e dos fundos especiais;

E) Deliberação sobre quaisquer assuntos de interesse da Cooperativa, constantes do Edital de Convocação.

Art. 38º- Quando da convocação da Assembléia Geral Ordinária, o Conselho de Administração deverá informar que se acham à disposição dos associados:

- a) Relatório do Conselho de Administração;
- b) Balanço e conta de sobras e perdas
- c) Parecer do Conselho Fiscal.

Art. 39º- Aprovação, sem reserva, do balanço e das contas exonera de responsabilidades, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, salvo erro, dolo, fraude ou simulação.

Art. 40º- A Assembléia Geral Extraordinária, realizar-se-á sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da sociedade, desde que mencionados no Edital de Convocação.

Art. 41º- É da competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária, deliberar

sobre os seguintes assuntos:

- A) Reforma do Estatuto;
- B) Fusão, incorporação ou desmembramento da Cooperativa;
- C) Dissolução voluntária da Cooperativa e nomeação do liquidante;
- D) Contas do liquidante;
- E) Integração a organismos Cooperativos Nacionais e Internacionais;
- F) Modificação das características e ou objeto da Cooperativa;
- G) Mudança de objeto da sociedade;
- H) Destituição dos membros dos órgãos diretivos, antes de expirado o mandato.

Parágrafo Único- São necessários votos de 2/3(dois terços) dos associados presentes para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

CAPITULO VIII DO CONSELHO FISCAL

ART. 42º- O Conselho Fiscal é um órgão composto por 03(três) membros titulares, com igual número de suplentes, eleitos pela Assembléia Geral.

Parágrafo único= O mandato do Conselho Fiscal é de 01(um) ano, sendo permitido a re-eleição de 1/3(um terço).

Art. 43º= O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, atendendo á convocação de qualquer de seus membros ou de demais conselhos.

Art.44º= Compete ao Conselho Fiscal:

- A) Exercer sistematicamente fiscalização nas atividades e operações da Cooperativa, através do exame mensal dos balancetes, do balanço anual e dos livros e documentos a ele referentes;
- B) Apreciar o balancete mensal da escrituração e verificar, a qualquer momento, a posição de caixa;
- C) Apresentar á Assembléia Geral Ordinária o parecer sobre os negócios e operações sociais, tomando por base o inventário, o balanço e as contas do exercício;
- D) Denunciar ao Conselho de Administração, ao Conselho Geral e á Assembléia Geral as irregularidades que apurar, podendo, para tanto, determinar os

componentes inquiridos;

- E) Convocar extraordinariamente, em qualquer tempo a Assembléia Geral, se ocorrerem motivos graves e urgentes;
- F) Exercer suas funções de forma transparente e educativa, auxiliando para que o quadro associativo seja também gestor e fiscalizador, podendo por isso, contar com o apoio do Conselho de Educação.

Parágrafo único= Para o exame das contas, com vistas á emissão do parecer a ser submetido à Assembléia Geral Ordinária, o Conselho Fiscal poderá valer-se do assessoramento de contabilista legalmente habilitado, que será remunerado pela Cooperativa, observando a existência de disponibilidade financeira no suporte administrativo da entidade.

Art. 45º- Ocorrendo uma ou mais vagas no Conselho Fiscal, o Conselho de Administração convocará a Assembléia Geral para seu preenchimento.

CAPITULO IX DO CONSELHO GERAL

Art. 46º- O Conselho Geral será formado por um mínimo de 07(sete) membros, sendo 02(dois) representantes de cada Conselho, exceto do Conselho Fiscal, e no mínimo por 01(um) associado que não integre nenhum Conselho, todos eleitos em Assembléia Geral.

Art. 47º- Serão atribuições do Conselho Geral, determinar, orientar e avaliar o desempenho dos demais Conselhos, consoante princípios objetivos definidos pela Assembléia Geral.

Parágrafo único- O Conselho Geral reunir-se-á no mínimo uma vez por mês, escolhendo- se em cada reunião um coordenador secretário.

CAPITULO X DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 48- O Conselho de Administração será composto por 06(seis) membros, sendo formado por Coordenador Administrativo, vice Coordenador Administrativo, Secretário, Primeiro Secretário, Tesoureiro, Primeiro Tesoureiro todos eleitos em Assembléia Geral.

Art. 49º- O Conselho de Administração reunir-se-á uma vez por mês e,

extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação de qualquer um de seus

membros, do Conselho Fiscal ou dos demais Conselhos da Cooperativa.

Art. 50º- Compete ao Conselho de Administração, obedecendo à orientação do Conselho Geral e Assembléia Geral, a realização de ato de administração da Cooperativa. Suas principais funções são:

- a) Contratar e demitir empregados, fixando remunerações e obrigações;
- b) Administrar os fundos sociais;
- c) Cobrar e receber, através da tesouraria, as somas devidas a Cooperativa, efetuando os pagamentos das obrigações contraídas;
- d) Contrair obrigações, adquirir, alienar e registrar bens e direitos para adquirir, alienar e ou afetar com direitos reais bens imóveis, sendo necessária à autorização da Assembléia Geral;
- e) Contrair ou adquirir os meios e elementos necessários para instalação dos serviços da Cooperativa;
- f) Convocar as Assembléias Gerais, segundo as disposições deste Estatuto;
- g) Apresentar anualmente a Assembléia Geral Ordinária os relatórios, : Balanço Geral, Contas de Sobras e Perdas e o Parecer do Conselho Fiscal, informando periodicamente aos associados sobre a situação da Cooperativa e submetendo a
consideração da mesma aos objetivos planejados.
- h) Deliberar sobre admissão, demissão, eliminação e exclusão do associado, conforme os termos deste contidos neste Estatuto;
- i) Redigir o regimento interno, submetendo-o a aprovação pela Assembléia Geral;

Art. 51º- Os integrantes do Conselho de Administração não são pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da Cooperativa, no limite de suas atribuições.

Parágrafo 1º- São solidariamente responsáveis os Conselheiros que vincularem a compromissos ou operações em desacordo com a lei, sendo pessoalmente responsáveis pelos prejuízos causados a Cooperativa, por culpa ou dolo.

Parágrafo 2º- A Cooperativa não responderá pelos atos a que se referem ao parágrafo 1º- deste artigo, a não ser que os tenha validamente ratificado ou deles

tirado proveito.

Parágrafo 3º- Os atos que impliquem oneração de bens da Cooperativa, na execução de seu programa habitacional, especialmente hipoteca e caução de direitos; serão praticados conjuntamente pelo Coordenador Administrativo e o Tesoureiro.

Parágrafo 4º- A alienação ou oneração de bens da Cooperativa poderão ser concretizadas após a aprovação pela Assembléia Geral.

Art. 52º- Compete ao Coordenador Administrativo:

- A) Representar a Cooperativa ativa ou passivamente, judicial e extrajudicial, conjuntamente com o tesoureiro ou secretário;
- B) Convocar as reuniões do Conselho de Administração;
- C) Resolver interinamente os assuntos de caráter urgente, em que haja impossibilidade de convocar uma sessão extraordinária;
- D) Subscrever com o Secretário, correspondência, assim como atas das sessões do Conselho e das Assembléias Gerais;
- E) Movimentar em conjunto com o Tesoureiro, as contas bancárias da Cooperativa e realizar os compromissos de crédito inerentes à atividade econômica da Cooperativa, em consonância com as resoluções da Assembléia Geral, Conselho Geral e de Administração;
- F) Autorizar conjuntamente com o Tesoureiro, as inversões de fundos aprovados pelos órgãos deliberativos;
- G) Firmar com o Secretário, todas as escrituras públicas de operações anteriormente aprovadas;
- H) Firmar com o Tesoureiro, todos os contratos que definam obrigações de pagamento;
- I) Firmar com o Secretário, ou Tesoureiro, as operações de compra e venda de bens, observando-se os dispostos no artigo 51º;
- J) Redigir em conjunto com o Secretário, o relatório anual.

Parágrafo 1º- Ocorrendo a ausência do Coordenador Administrativo até o prazo de 90(noventa) dias, este será substituído pelo vice Coordenador. Após este prazo, deverá ser chamada a Assembléia Geral para preenchimento do cargo.

Parágrafo 2º- No caso de ausência do Secretário, este será substituído pelo Vice secretário.

Parágrafo 3º- No caso de ausência do Tesoureiro este será substituído pelo Vice

Tesoureiro.

Parágrafo 4º= Terá direito a remuneração na condição de ajuda de custo fixadas o Coordenador em 300 cotas partes. Tesoureiro e secretário em 220 cotas partes mensais. Qualquer alteração referente a presente ajuda de custo deverá ser obrigatoriamente discutida e decidida em Assembléia Geral.

Parágrafo 5º= A remuneração acima descrita deverá ser reavaliada, podendo ser diminuída ou extinta sempre que a Cooperativa enfrentar dificuldades financeiras e - ou quando tal ajuda de custo comprometer sua saúde financeira ou prejudicar o pagamento de outras obrigações financeiras assumidas pela Cooperativa.

Art. 53º- O Conselho de Administração substituído fará entrega inventariada ao novo Conselho, de todos os bens da Cooperativa. A entrega do efetivo será devidamente balanceada

Art. 54º- O exercício social será fixado de 1º de janeiro á 31 de dezembro de cada ano. Dentro de 30 (trinta dias) após o término, o Conselho de Administração deverá colocar a disposição do Conselho Fiscal, o Balanço Geral, Relatórios e outros documentos necessários ao parecer fiscal.

CAPÍTULO XI DO CONSELHO DE OBRAS E PROJETOS

Art.55º- O Conselho de Obras e Projetos será formado por um mínimo de dois membros titulares até o número máximo exigido pela complexidade das obras e projetos, e igual número de suplentes, eleitos em Assembléia Geral.

Art. 56º- O conselho de Obras e Projetos poderá designar comissões que se responsabilizem por determinados trabalhos, se assim se fizer necessário.

Art. 57º- Compete ao Conselho de Obras e Projetos, obedecendo às determinações e orientações do Conselho Geral e da Assembléia Geral:

- A) Fiscalizar e acompanhar a equipe técnica responsável pela elaboração dos projetos técnicos e execução das obras;
- B) Quando a execução da obra for de responsabilidade da própria Cooperativa, estabelecer providências necessárias quanto o fornecimento de materiais, ferramentas, contratação de pessoal e cumprimento das obrigações por parte dos sócios, de maneira que não prejudique o andamento das obras;
- C) Fiscalizar a contratação total ou parcial dos serviços de uma empresa construtora;

- D) Elaborar o Regimento de Obras;
- E) Fazer cumprir as determinações e orientações técnicas das equipes de projetos, supervisionando os trabalhos e obrigações pertinentes a construção, promovendo a divisão social do trabalho e solucionando os problemas técnicos que surgirem.

CAPÍTULO XII DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO

ART. 58º-O Conselho de Educação será formado por um mínimo de dois membros titulares até o número máximo exigido pela complexidade das obras e projetos, e igual número de suplentes, eleitos em Assembléia Geral.

ART. 59- Suas principais atribuições, obedecendo as determinações e orientações do Conselho Geral e da Assembléia Geral, são as seguintes:

- A) Organizar e desenvolver programas de ação cooperativa e de caráter cultural em geral, em benefício aos associados e da comunidade.
- B) Fomentar iniciativas que fortaleçam os laços entre sócios.
- C) Apresentar ao Conselho Geral, antes da Assembléia Ordinária e toda vez que solicite, um balanço das inversões dos recursos postos a disposição.
- D) Desenvolver políticas de formação de quadros.
- E) Instrumentar os demais Conselhos diretivos na sua relação com o quadro associativo buscando a auto-gestão.

CAPÍTULO XIII DO CONSELHO ELEITORAL

Art. 60º- Será composto por três membros titulares, com igual número de suplentes, eleitos em Assembléia Geral no prazo de sessenta a cento e vinte dias antes das eleições.

Art. 61º- Serão suas funções:

- a) Elaborar o Regimento Eleitoral;
- b) Realizar todos os atos preparatórios para as eleições;
- c) Controlar o ato eleitoral, efetuar o escrutínio, proclamar os candidatos vencedores e dar-lhes posse nos cargos respectivos;
- d) Atender e decidir quanto às reclamações que poderão ser suscitadas;

Parágrafo único= Uma vez cumprida sua função, cessarão suas atividades.

CAPÍTULO XIV DO TRABALHO COOPERATIVO

Art. 62º- A execução das obras mediante a utilização da própria mão de obra dos associados, sob regime de mutirão, será definida e cotizada, quanto à função desempenhada e ao tempo de trabalho semanal, pelo regimento de obras, considerando-se as necessidades respectivas.

Art. 63º- Os sócios subscreverão um contrato com a Cooperativa, comprometendo-se a cumprir a cota de trabalho acordada.

Art. 64º- As horas de serviço dos sócios e seus familiares, serão registradas e se acumularão em uma conta familiar.

Parágrafo único- A planilha mensal que computará as horas de serviço dos sócios será exposta na própria obra.

Art. 65º- A decisão sobre a troca por cotas parte integralizada ao associado, fica a critério de acordo entre os órgãos deliberativos da Cooperativa e o próprio associado.

Art. 66º- Todos os sócios deverão apresentar, antes do início das obras, um certificado médico que comprove sua aptidão para o trabalho requerido.

Art. 67º- Em caso de falecimento de um dos sócios, sem ocorrer sua substituição por alguém do grupo familiar, a Cooperativa poderá aumentar em termos equivalentes às horas dos outros sócios.

CAPÍTULO XV DOS LIVROS

Art. 68º- A Cooperativa possui os seguintes livros:

- A) De matrícula;
- B) De atas das Assembléias
- C) De atas das reuniões dos Conselhos;
- D) Outros necessários a administração e controle da contabilidade, obrigatórios e facultativos.

Parágrafo único- É facultada a adoção de livros, de folhas soltas ou fichas.

Art. 69º- No livro de matrícula os associados serão inscritos por ordem cronológica de admissão, dele constando:

- A) Nome, data de nascimento, estado civil, nacionalidade, profissão, endereço, número do CPF e da carteira de identidade;
- B) Número de matrícula de associado na Cooperativa

- C) Data de admissão e, quando for o caso, de demissão, eliminação ou exclusão;
- D) O capital do associado subscrito, integralizado, retirado ou transferido;
- E) Assinatura do associado e do representante legal da Cooperativa;
- F) Espaço para a lavratura de termo circunstanciado as causas da demissão, eliminação ou exclusão do associado.

CAPÍTULO XVI DOS FUNDOS

Art.70º- A Cooperativa é obrigada a constituir:

- A) O fundo de reserva e de desenvolvimento, destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades , constituído de 80% (oitenta por cento) das sobras líquidas do exercício;
- B) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e social, destinado à prestação de assistência aos cooperativados, seus familiares e aos empregados da sociedade, constituído de 20% (vinte por cento) das sobras líquidas.

Parágrafo único- os prejuízos verificados no decorrer do exercício serão cobertos com recursos provenientes do fundo de reserva.

Parágrafo segundo- as sobras e perdas serão rateadas entre os sócios na proporção das operações realizadas junto a Cooperativa.

Art.71º- Reverterão também em favor do Fundo de Reserva e Desenvolvimento:

- a) Os créditos não reclamados, decorridos cinco anos de sua exigibilidade;
- b) auxílios e doações sem destinação específica.

CAPÍTULO XVII DA REFORMA DO ESTATUTO

Art. 72º- A reforma parcial ou total do estatuto, só poderá se realizar em Assembléia Geral Extraordinária, convocada expressamente.

Parágrafo único- A reforma do Estatuto estará sujeita as mesmas normas estabelecidas para aprovação do Estatuto anterior.

CAPÍTULO XVIII DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

ART.73- a Cooperativa se dissolverá por:

- a) Resolução de no mínimo 2/3 (dois terços) dos sócios habilitados, em Assembléia Geral Extraordinária, convocada expressamente. Caso existam dívidas

- b) hipotecárias a Assembléia não poderá deliberar esta dissolução;
- c) Por fusão com outra Cooperativa, decidida pela mesma maioria do inciso anterior;
- d) Por decisão Judicial.

Art. 74º- No caso de liquidação, a Cooperativa aplicará seu capital social visando:

- a) Satisfazer os gastos com liquidação;
- b) Pagar as obrigações com terceiros;
- c) Devolver aos associados o valor reajustado de suas cotas-partes integralizadas;
- d) Em caso de existirem excedentes, serão distribuídos proporcionalmente aos associados, em função de suas respectivas operações com a Cooperativa.

Art. 75º- A Assembléia Geral que determinar a dissolução da Cooperativa prescreverá a forma da liquidação e elegerá o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar durante a liquidação, estipulando seus respectivos horários.

Parágrafo único- A Assembléia Geral, poderá a qualquer tempo, destituir o liquidante e os membros do Conselho Fiscal.

Art. 76º- A liquidação deverá obedecer as seguintes prescrições:

- A) Prosseguir, até o final, em todos os atos e operações relativas às unidades dos planos já contratados;
- B) Reter, até o final da liquidação, todos os compromissos, quaisquer importância devidas aos associados, inclusive as decorrentes de cotas-partes ou de sobras;
- C) Usar, em todos os atos e operações a denominação da Cooperativa, seguida da expressão “em liquidação”;
- D) Aplicar toda receita na liquidação de seus compromissos, vedada à admissão de novos associados.

Art. 77º- O liquidante terá todos os poderes de administração e representação conferidos pelos Estatutos Sociais a administração da Cooperativa, limitados, porém, aos atos e operações de liquidação.

CAPÍTULO XIIX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.78º- A diretoria provisória será composta pelo Conselho de Administração e

Conselho Fiscal, eleita pelos fundadores no ato da constituição da Cooperativa, registro da mesma, quando deverá ser homologada e também eleitos os demais Conselhos definidos neste Estatuto,

Art. 79º- O Regimento Interno do Conselho de Administração deverá ser elaborado e votado até 30(trinta) dias após a homologação da Diretoria definitiva.

Art. 80- Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a lei e os princípios doutrinários, ouvidos os órgãos de representação do Cooperativismo.

